

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MÁRCIO AUGUSTO PEREIRA

**ENSINO DE SOCIOLOGIA NA MODALIDADE EJA:
reflexões sobre currículo, planejamento e práticas de ensino.**

Maceió – AL

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MÁRCIO AUGUSTO PEREIRA

**ENSINO DE SOCIOLOGIA NA MODALIDADE EJA:
reflexões sobre currículo, planejamento e práticas de ensino.**

**Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de relatório de ensino,
apresentado como pré-requisito para a graduação de Licenciatura em
Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Dr. Welkson Pires da
Silva.**

Maceió – AL

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MÁRCIO AUGUSTO PEREIRA

ENSINO DE SOCIOLOGIA NA MODALIDADE EJA:
reflexões sobre currículo, planejamento e práticas de ensino.

**Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto de Ciências
Sociais da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em:**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Welkson Pires da Silva
ICS/UFAL

Prof.^a Dra. Jordânia de Araújo Souza
CEDU/UFAL

Prof. Dr. Júlio Cezar Gaudêncio da Silva
ICS/UFAL

AGRADECIMENTOS

A minha mãe que sempre incentivou seus filhos aos estudos segurando a barra da viuvez com sete crianças e adolescentes para sustentar e formar.

Aos meus irmãos que fizeram do nosso lar uma grande sala de aula, inspirando-me com suas cartolinas e maquetes, com o sabor de folha e tinta (sim, eu devorava folhas de cadernos).

A meus três amores Gabriel, Rafael e Pedro por serem meu motivo mais nobre de viver a vida.

A minha amiga Laysa, por sua presença e empatia nas minhas derrotas e conquistas.

Aos professores do Curso, em especial a Cristiano das Neves Bodart, que com sua dedicação nunca parou de me enviar trabalhos acadêmicos, mesmo depois de eu concluir minha pesquisa bibliográfica.

Aos meus colegas de curso Edluza, Rosane, Igor e Ilane por nos ajudarmos nos estudos.

Ao professor Welkson, por me incentivar a continuar no curso em duas oportunidades, como docente e outra como orientador.

RESUMO

Esse Relatório de Ensino busca encaminhar proposições para a construção de um currículo de Sociologia da modalidade EJA da Escola Estadual Fernandina Malta. Apoiando-se na literatura disponível sobre a história da educação, e nos documentos pedagógicos, busca-se refletir as práticas de ensino na instituição escolar.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Modalidade EJA; História da Educação; Práticas de Ensino; Currículo Escolar.

ABSTRACT

This Teaching Report seeks to propose proposals for the construction of a Sociology curriculum of the EJA modality of Escola Estadual Fernandina Malta. Based on the available literature on the history of education, and on pedagogical documents, we seek to reflect teaching practices in the school institution.

Keywords: Teaching of Sociology; EJA modality; History of Education; Teaching Practices; School curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A HISTÓRIA DA MODALIDADE EJA: Percursos nacionais e o contexto alagoano	11
1.1 DA DOUTRINAÇÃO RELIGIOSA À ESCOLARIZAÇÃO ESTATAL	12
1.2 CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS PARA OS DIAS ATUAIS	20
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA ESTADUAL FERNANDINA MALTA	21
2.1 A ESCOLA E O SEU PROJETO PEDAGÓGICO	22
2.2 O ENSINO DE SOCIOLOGIA	24
2.3 CONSTRUINDO O CONHECIMENTO NA DIVERSIDADE	27
3 CURRÍCULO E PLANEJAMENTO: NOVAS PRÁTICAS DE ENSINO.....	28
3.1 O PLANO DE ENSINO	28
3.1.1 OBJETIVOS	29
3.1.2 CONTEÚDOS	31
3.1.3 METODOLOGIA	35
3.1.4 AVALIAÇÃO	37
3.2 ENCAMINHAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO ...	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
ANEXOS	43

ANEXO A – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	44
ANEXO B – PLANEJAMENTO ANUAL DE SOCIOLOGIA	46

INTRODUÇÃO

As práticas de ensino são resultantes dos mais variados fatores: administrativos, psicológicos, históricos, econômicos e sociais. É impossível que elas não sofram mudanças, pois os fatores estão variando a todo momento.

No entanto, algumas configurações se formam ao redor do ensino como verdadeiras estruturas que duram ao longo do tempo histórico. E esses fatores podem levar os educadores a acreditar que o ensino é como uma massa de bolo pronta, só é preciso colocar no fogo do conteúdo das disciplinas que essa massa cresce.

O currículo é o guia da ação educativa. Quando ausente, as práticas de ensino se seguem referências diversas perdendo o sentido dos seus objetivos e se distanciando da vida dos estudantes.

Com base nessas reflexões iniciais, esse trabalho buscará fornecer subsídios que auxiliem na construção de um currículo de Sociologia para a modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Jovens - EJA.

Trata-se de um trabalho elaborado na modalidade de relatório de ensino.

O presente trabalho foi elaborado a partir da revisão bibliográfica sobre a história da EJA, pela qual foi possível identificar elementos normativos que influenciam as práticas de ensino nos dias atuais, e pesquisa documental nos registros da coordenação escolar (Projeto Político Pedagógico- PPP e Planejamento Anual de Sociologia- PAS). Juntamente com os relatos e experiências de estágio os quais foram essenciais na construção das reflexões.

O texto contém a seguinte estrutura: Capítulo I- A história da modalidade EJA: percursos nacionais e contexto alagoano, onde se analisa a história sob a ótica da pedagogia. O referencial bibliográfico: Durkheim (2013), Moura (2003), Correia (2011), Cunha (1999), Dorneles (1990), Farias (2015), Mauro Roque (2012), Porcaro (2011) além do Plano Estadual de Educação (2015- 2025). No Capítulo II- A educação de jovens e adultos na Escola Estadual Fernandina Malta, busca descobrir qual a visão da instituição sobre a educação e como se estabeleceu o ensino de Sociologia/ EJA além de dialogar com os elementos histórico normativos com a perspectiva da diversidade. Referência bibliográfica: Dayrell (2001) e documental: Projeto Político

Pedagógico (2017), Relatório de Estágio IV (2019). Capítulo III- Currículo e planejamento: novas práticas de ensino, analisa-se as concepções e práticas de ensino da docente e encaminha-se alguns apontamentos para a construção do currículo. Referência bibliográfica: BNCC (2018), Bourdieu (1996), Castells (2013), Moreira e Candau (2005), Hall (1997), Pérez Gómez (1998). Pesquisa documental: Planejamento Anual de Sociologia (2019).

1. A história da modalidade de ensino EJA: percursos nacionais e o contexto alagoano

De um modo geral podemos considerar a trajetória do EJA tão extensa quanto a história da própria Educação no Brasil. Desde a oferta de ensino religioso no período colonial, assumindo um caráter público por meio do Império e chegando até a República, a educação ofertada às pessoas fora de idade escolar processou avanços importantes na construção do conhecimento e na universalização do direito de estudar.

Tais avanços, ancorados sempre na necessidade de adequação do Estado brasileiro a preceitos modernizantes internacionais, foram seguidos de perto pela participação de Instituições da sociedade civil e organizações que buscaram promover a instrução e formação do indivíduo, bem como a emancipação desses sujeitos.

É importante considerar que no trajeto da educação de Jovens e Adultos, a batalha pela alfabetização, teve mais relevância que as etapas posteriores do ensino básico nessa modalidade. Devido a escassa oferta de ensino por parte do poder público ao longo do tempo, a maior parte da população se transformou em um grande contingente de analfabetos que devido as suas realidades sociais buscaram a escolarização tardia.

Foi a necessidade da oferta de educação em massa que possibilitou as várias transformações do ensino no Brasil ao longo do tempo. Esse capítulo buscará identificar, no percurso histórico da EJA, elementos normativos que influenciam a prática de ensino nos dias atuais.

Num primeiro momento será feita uma reconstrução dos caminhos percorridos pela modalidade no tempo histórico. Tal análise nos permite classificar os períodos sob a ótica pedagógica. Assim, podemos separá-los em: religioso-civilizador, campanhas de alfabetização, ensino de suplência e projetos educacionais descentralizados.

Para abordar sobre a educação religiosa, Moura (2003) atribui à instrução jesuíta um aspecto de educação classista a separar índios de colonos. Essa divisão marcava o lugar do nativo como civilizado, mas lhe negava a possibilidade de ascensão ou equiparação com os colonos brancos. Busca-se refletir em Correia

(2011) os contextos históricos e políticos pelos quais foram fundadas e mantidas as escolas noturnas no Brasil Imperial, especialmente em Alagoas.

As narrativas de Cunha (1999), sobre as campanhas de alfabetização evidenciam como o Brasil republicano padecia com a falta de ensino. Aumento da população urbana, fim da escravidão, industrialização e a necessidade mão de obra qualificada. Esses fatores fizeram com que governantes organizassem de tempos em tempos campanhas de alfabetização pelo Brasil.

Será apresentado as contribuições de Dornelles (1990) e Farias (2015) acerca do ensino supletivo. O conceito de educação permanente que foi introduzido com o Mobral e a metodologia da autoinstrução.

Para abordar sobre o período de descentralização das atividades educativas da EJA teremos as análises de Mauro Roque (2012) sobre a extinta Fundação Educar, e as considerações de Porcaro (2011) no novo cenário de redemocratização com o surgimento dos Fóruns Estaduais de Educação.

Ainda nesse tópico encontra-se as metas 8 e 10 do Plano Estadual de Educação - PEE/AL (2015 – 2025) que revelam quais aspectos da desigualdade o sistema de ensino estadual busca reparar na modalidade de Jovens e Adultos.

A segunda parte deste capítulo tentará apresentar alguns elementos históricos que ajudarão no entendimento da estrutura da EJA. Tornando possível uma análise mais apurada dos documentos da Escola Estadual Fernandina Malta, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de ensino nessa instituição.

1.1 Da doutrinação religiosa a escolarização estatal

Num primeiro momento, o sistema de ensino ofertado no Brasil era religioso. De acordo com Moura (2003) os jesuítas tinham como objetivo prático a “hominização” dos índios. A concepção da cultura europeia, suas tecnologias de manejo com a terra, leis e costumes, crenças e ritos. Especialmente, jovens e adultos, recebiam uma formação clássica que tinha como objetivo a constituição de homens “civilizados”, fidelizados no catolicismo como contraponto a Reforma Luterana.

Ainda de acordo com a autora, apesar da uniformidade da ação pedagógica ser alcançada pela utilização do manual “Ratio Studiorum”, se inaugurava uma “educação de classe” que permitia aos filhos dos colonos uma oferta de ensino

elementar completo. Assim, formava-se a elite religiosa ao passo que possibilitava aos brancos latifundiários sua entrada na universidade.

Esse quadro veio a piorar com a expulsão dos jesuítas e, conseqüentemente, à extinção de sua estrutura de ensino. Sem a sistematização do ensino a Reforma Pombalina deixou a cargo dos educadores a administração e o planejamento da educação, se limitando apenas ao estabelecimento do currículo mínimo. Por meio do Alvará Régio de junho de 1759, foram instituídas as aulas de Latim, Grego, Retórica e Filosofia.

Em meados do século XVIII, na região do que seria hoje Marechal Deodoro e Penedo, no estado de Alagoas, a Ordem Franciscana oferecia aulas de alfabetização. De acordo com Correia (*apud* BASTOS, 1939), os franciscanos se utilizavam dos mosteiros, onde o aluno era quem buscava a instrução. As aulas de gramática, Latim e Francês eram ofertadas sob rígida disciplina aos filhos de moradores das redondezas.

Segundo a autora, a institucionalização da educação no período imperial foi precedida de intensos debates nas assembleias provinciais sobre a necessidade de instrução do povo, sobretudo na segunda metade do século XIX. O elemento principal seria a construção do Estado Nacional, sob inspiração dos ideais europeus de civilização e modernidade. Soma-se a esse elemento o crescimento urbano, devido a demanda nas fábricas de manufatura, além da luta abolicionista que tornou o debate intenso a partir de 1870.

O decreto 7.071 A, de 06 de setembro de 1878, pode ser considerado um marco na institucionalização, para além do Município da Corte, de cursos noturnos em todo território Nacional. Apesar da existência do decreto 1.632 / 1871, pelo qual havia previsão da criação de escolas noturnas para o sexo masculino nas cidades da província do Rio de Janeiro, o decreto de 1878 trouxe elementos normativos que serviram de enriquecimento ao debate sobre o tema, e de subsídio ao planejamento dos futuros cursos noturnos.

Letramento e noções básicas em cálculo, as aulas noturnas ocorriam em várias províncias do império. Concomitante a iniciativa governamental, havia as iniciativas de organizações civis e de particulares, sobretudo no período das lutas abolicionistas. Em Alagoas organizações como a Sociedade Propagadora da Instrução pelas classes Operárias da Lagoa também ofereciam aulas noturnas. Bem como os funcionários da

Estrada de Ferro de Paulo Afonso ofereciam instrução a seus trabalhadores e familiares.

Havia na figura dos professores e intelectuais da época uma posição favorável a implementação desses cursos. Fazendo uma análise dos documentos oficiais no período de 1870 a 1889, Correia (2011) constata a criação de 31 escolas noturnas na província das Alagoas, entre públicas e privadas. O surgimento dessas escolas por parte da iniciativa pública antecede a legislação imperial e compreende um curto período entre 1870 e 1874, sendo mais frequente a oferta de aulas noturnas por iniciativa particular de professores e organizações filantrópicas.

Quadro 1 – Quadro das escolas noturnas da província de Alagoas¹

Província	Poder público	Iniciativa particular	Número de escolas	
			Pública	Particular
Alagoas	<p>1870 –Por ato legislativo Lei nº 519 de 30 de abril de 1870</p> <p>Por ato da presidência foram instaladas aulas noturnas em Bebedouro, Jaraguá e Poço (atuais bairros de Maceió)</p> <p>1872 –Escolas noturnas nas cidades de Maceió, Penedo, Alagoas, São Miguel dos Campos e Pilar e nas vilas de Porto Calvo e Passo de Camaragibe (atuais municípios de Alagoas).</p> <p>1873 –Por ato legislativo, foram criadas seis escolas; e oito por ato da presidência nas freguesias: Alagoas (Marechal Deodoro), Assembléa (atual Viçosa), Atalaia, Gameleira (povoado de Atalaia), Paripueira, Pão de Açúcar, Passo de Camaragibe, Penedo, Pilar, Porto Calvo, São Miguel, São Miguel dos Milagres, São Luiz de Quitunde e Traipu.</p> <p>1875 -Após extinção das escolas noturnas, (Resolução 673 de 13.05.1874), os professores Matheus de</p>	<p>1872 –Uma escola noturna em Penedo, por Júlio César Leal.</p> <p>1874 –Abertura de uma escola noturna na residência do professor público Ignacio Loureiro Junior que ministra aula de Gramática Nacional no horário das 7 às 9h.</p> <p>1877 –Aula noturna gratuita para adultos por iniciativa de professor que ensina no turno diurno em Maceió.</p> <p>1878 –Uma escola noturna mantida por Cia União Mercantil para atender aos operários da fábrica Carmem na freguesia de Fernão Velho</p> <p>1880 –Quatro escolas noturnas, pelo Engenheiro Chefe da construção da ferrovia de Paulo Afonso⁵³.</p>	23	8

¹ extraído de “Quadro das escolas noturnas nas Províncias do Brasil Império”. Correia, 2011.

	<p>Araujo Caldas Xexéo, Antonio Francisco Leite Pindahyba e Camillo Lelis Pereira da Costa ministraram aulas noturnas.No mesmo ano, o professor Matheus de Araújo Caldas Xexéo ministra aulas ofertadas gratuitamente, no horário das 16h às 21h, no povoado de Santa Rita (Marechal Deodoro). 1876 –Três escolas na cidade do Pilar, pelos professores Antonio Duarte Leite da Silva, Manoel de Mello Jacome Calheiros e Manoel Teixeira de Lima Filho.</p>			
--	--	--	--	--

Fonte: Correia, 2011.

A província não conseguiu ofertar instrução em massa. Segundo Correia (2011), alguns presidentes da província alagoana, como Silvinio da Cunha, enalteciam a abertura de escolas noturnas. Mas, mesmo tendo havido empenho por parte da província em oferecer ensino noturno aos iletrados, a precarização do que era considerado um “benefício social” se refletia na inadequação de imóveis que na maioria das vezes eram o domicílio dos próprios professores. Além da baixa remuneração cuja gratificação se condicionava a frequência, a falta de formação para os professores e de incentivo da sociedade, a escassez de recursos financeiros na compra de materiais e a baixa frequência dos alunos, foram apontadas como principais razões para o abandono da iniciativa governamental.

Com a extinção das escolas noturnas, a província alagoana deixou ao encargo da iniciativa particular de professores e de entidades de classe a missão cívica de instruir a população. Por vezes, o governo da província concedia gratificações mensais para alguns professores em detrimento de outros.

Em sua pesquisa, a autora encontrou uma menção sobre a possibilidade de escravos frequentarem as aulas noturnas. Autorização concedida pelo governo de João Vieira de Araújo, em 1875. Porém, não recomendava a inserção do menor escravo nas aulas diurnas junto aos filhos dos homens livres, por medo de que a presença destes escravos tirasse o interesse dos homens livres em estudar. Aconselhava, portanto, a inserção dos filhos de escravos nas aulas noturnas. Essa

possibilidade concedida aos escravos vinha na esteira de um grande debate abolicionista promovido pelos intelectuais a nível internacional com reflexos locais.

Por volta de 1881 já não havia mais um pensamento de expansão dos cursos. Os relatórios provinciais apenas faziam referências a atitudes da iniciativa privada, como na criação da escola da Fábrica de Tecidos de Fernão Velho e da União Mercantil. Costumava-se atribuir a culpa do fracasso a má atuação dos professores, apesar de ser tardio o estabelecimento de uma escola Normal para formação dos mesmos. Presidentes da província também acusavam familiares e alunos de serem descomprometidos com a instrução.

Mesmo no início do período republicano, a concepção de uma educação pública não se distanciava daquela exercida pelo regime anterior. Segundo Cunha (1999), na passagem do século, o processo de industrialização evidenciou a carência no campo da educação, sobretudo para a alfabetização de adultos.

De acordo com Porcaro (2009), a primeira quadra do século XX foi marcada pela criação das Ligas Camponesas. Liberais progressistas com apoio dos militares favoráveis a industrialização, criaram associações em diversas cidades brasileiras com objetivo de reunir intelectuais junto a sociedade organizada para combater o analfabetismo.

Ainda na Ditadura Vargas, foi criado um fundo destinado à alfabetização e à educação da população adulta. Logo após o fim do regime, no clima “democrático” o país ingressa como membro na UNESCO e lança sua primeira campanha, em 1947. Essa primeira ação teve como ponto relevante, o ressurgimento do debate sobre educação de adultos e, apesar de ainda conceber a ideia do analfabeto como causa do atraso no desenvolvimento do país, há superação da crença na incapacidade de aprendizagem de adultos. Assim, foi desenhado o modelo de educação para adultos, nas palavras de Cunha:

A identidade de educação de adultos toma seus contornos ao ser proposta uma Campanha de Educação de Adultos, em 1947, na qual numa primeira etapa de três meses, previa-se a alfabetização e depois a implantação do curso primário em duas etapas de sete meses cada uma. Posteriormente vinha a etapa de “ação em profundidade”, que se constituiria em capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. (CUNHA, 1999, p. 10)

Com a demanda social pelas reformas de base no fim dos anos 1950 e o surgimento de um novo paradigma educacional proposto pelo educador Paulo Freire,

a abordagem para com a educação de adultos se transforma. Nela, a população não é mais percebida como a causa, mas como herdeira do atraso econômico e da desigualdade gerada pela estrutura vigente.

A Educação libertadora proposta por Paulo Freire, não foi oficializada pelo governo Federal, mas sua pedagogia ganhou notoriedade. O método freiriano não chegou a ser incorporado no projeto governamental por causa do golpe civil-militar que se instaurou em 1964. No entanto, sua prática continuou sendo reproduzida extraoficialmente.

Nos anos seguintes o governo militar implantaria o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, uma fundação inicialmente subordinada ao MEC que teve como missão a alfabetização funcional e educação continuada para jovens e adultos. Dorneles (*apud* WANDERLEI, 1988) afirma que o MOBRAL era a expressão da tentativa de popularizar a educação oficial.

Conforme destaca a autora, nesse período de ditadura a EJA ganhou aspectos legais por meio de alguns tímidos artigos na LDBEN 5692/71. Mesmo não configurando um dever do Estado, o artigo 24 instaurava um sistema de ensino que funcionaria em paralelo ao regular. Para isso foram elaborados os Centros de Estudos Supletivos - CES, destinado a população maior de 15 anos de idade, viria a cumprir a missão de ofertar educação continuada a Jovens e Adultos.

O Ensino Supletivo introduzia na história da educação brasileira uma perspectiva de educação permanente. Perspectiva esta, encorajada por organizações internacionais como a UNESCO. Essa concepção possibilitou o vislumbre de um novo olhar no qual a EJA estaria para além da emissão de certificados ou da simples tarefa de erradicar o analfabetismo.

De acordo com Farias (2015) Essa política educacional foi se deteriorando por vários motivos. O primeiro se refere a falta de recurso financeiro. Mesmo que os Centros de Estudos Supletivos - CES oferecessem uma estrutura de qualidade a crise econômica brasileira nos anos 1980 impediam sua expansão. O segundo motivo diz respeito a dificuldade de adequação dos alunos com o método da autoinstrução. Não avançavam nos módulos e tinham grande dependência dos seus orientadores. Farias (*apud* PRAXEDES, 1984) relata que muitos professores importavam suas experiências pedagógicas anteriores sobrepondo a metodologia individual.

O processo de reabertura política do país reuniu o clamor da insatisfação popular sobre a produção de políticas públicas que estavam em curso. No campo da educação, sobretudo dos programas de ensino supletivo. Segundo Mauro Roque (2012), o governo Sarney preocupado com a imagem negativa que o Mobral possuía, buscou descentralizar a educação de Jovens e Adultos.

A Fundação Educar foi criada por meio do Decreto nº 91.980, em novembro de 1985, que duraria até 1989. O Decreto nº 92.374/ 86 estabeleceu o Estatuto da Fundação. Tinha como objetivo financiar e supervisionar, através de convênios, secretarias de Educação Estaduais e Municipais, bem como entidades não governamentais, projetos de Educação de Jovens e Adultos em todo território nacional.

Formava-se o entendimento sobre a necessidade de se dá importância as experiências escolares de cada região. As ações educativas que centralizassem seu planejamento e execução unicamente no ente Federal impediriam o desenvolvimento de uma educação inclusiva, capaz de agregar as peculiaridades e desafios de cada região.

O autor relata que foi discutido a possibilidade de atendimento especializado a alunos com dificuldades na compreensão do conteúdo, por limites visuais ou auditivos. Mas essa preocupação não foi capaz de garantir a efetivação do atendimento a esse público.

Dento do programa “Educação Para Todos”, a Fundação Educar tinha o papel de assegurar oportunidades de Educação Básica de nível fundamental para Jovens e Adultos. O programa de ensino básico iniciava com a alfabetização e encerrava no antigo 1º grau. A região nordeste, considerada estratégica por possuir os maiores índices de analfabetismo, atendeu mais da metade do volume de vagas durante todo o período. Chegando a possuir 2/3 no terceiro ano do programa.

Dentre os Estados nordestinos, Alagoas amargava a liderança no ranking do analfabetismo. Apesar de necessitar de maior atenção, o programa atendeu apenas 4,3% das vagas destinadas para a região Nordeste.

Mauro Roque, ao apontar os motivos do fracasso do programa em Alagoas, esclarece que a coordenação estadual se reuniu com as prefeituras definindo a elaboração de propostas educacionais, construídas pelos técnicos da própria coordenação. Cabia aos prefeitos a convocação de professores para o magistério. A

escassez de professores, o apadrinhamento político e a ausência de projetos educacionais por parte da iniciativa privada, foram apontadas pelo autor como causa da baixa adesão ao programa.

Na redemocratização, a EJA teve suas garantias estabelecidas pela Constituição Federal/88. Caberia ao Estado, portanto, a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino fundamental para todos os estudantes, independentemente de estarem em idade escolar ou não. O aspecto legal garantido pela Constituição só foi regulamentado pela LDBEN nº 9.493/96 que oficializou a oferta de alfabetização e escolarização em ensino fundamental e médio para jovens maiores de 15 anos.

Segundo Porcaro (2009), este período foi marcado por uma transformação na relação entre sociedade civil e Estado. A regulação social passaria a ser uma regulação de hibridismo, pela qual organismos internacionais influenciaria no planejamento de políticas públicas. O governo federal se desobrigava de executar políticas de educação para EJA, transferindo essa responsabilidade para as organizações civis.

A autora fala do papel da UNESCO na promoção de vários eventos sobre a educação de jovens e adultos envolvendo delegações de todo o país, que buscou preparar o ambiente para a realização do V Conferência Internacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CONFITEA). Acreditava-se na importância da modalidade para o fortalecimento da cidadania e a formação cultural da população.

Uma Comissão Nacional de EJA buscou construir metas e objetivos para cada Estado. Com essa movimentação foram surgindo Fóruns permanentes. A criação de Fóruns em todo país, aumentou o debate, o compartilhamento de experiências, a construção conjunta de currículos e programas de formação. Permitindo a modalidade EJA inaugurar um novo momento educacional que se atenta para o caráter universalizante da produção de conhecimento.

O Fórum Estadual Permanente de Educação do Estado de Alagoas foi instituído pelo Decreto nº 18.848/12 no intuito de ser uma ponte entre a sociedade civil e o Estado. Atualmente é composto por 51 entidades representantes da sociedade civil e do poder público. Tem como uma das suas atribuições legais o acompanhamento da tramitação de projetos legislativos de educação, sobretudo os planos decenais, junto a Câmara Legislativa.

No Plano Estadual de Educação de Alagoas (2015 – 2025) é reconhecida a necessidade de se construir uma política educacional de EJA que vise a continuidade das ações ao longo do tempo. Duas metas foram estabelecidas para esse modelo de ensino: A meta 8 pretende elevar a escolaridade média para no mínimo 12 anos entre a população de menor escolaridade, e entre os 25% mais pobres, além de buscar atingir o nivelamento entre negros e não negros. A meta 10 busca destinar 25% das matrículas para jovens e adultos na forma integrada à educação profissional. Ambas, até o final da vigência do plano.

Nos dados revelados pelo documento, fica evidenciado a insuficiência de vagas ofertadas em relação ao contingente de alunos. Já em 2013, a taxa de escolarização líquida da população com faixa etária 15 a 17 anos, não passava de 37,4%.

A efetivação da meta 8 também passa pelo aumento na oferta de matrículas entre a população do campo. Aproximadamente 1/3 da população alagoana é campesina, entretanto, conforme os dados trazidos pelo plano estadual, o número de estabelecimentos escolares nessas localidades não chega a 10% do total de escolas da rede.

1.2 Características históricas para os dias atuais

É possível observar alguns elementos que foram sendo construídos ao longo da história da EJA. Desses, destaca-se a preocupação permanente quanto ao disciplinamento do aluno, e as implicações que a institucionalização da suplência trouxe para o ensino.

Em Durkheim (2013) a educação se processa por meio da instrução de uma geração mais velha sobre a subsequente. A moral disciplinar que se estabeleceu na relação professor-aluno consistiu no imperativo da autoridade do professor sobre seus discípulos. Essa relação de autoridade entra em crise com a abertura da escola para gerações de alunos mais velhos. Gerando mudanças na administração escolar com a finalidade de moldar os estudantes noturnos as mesmas práticas de ensino aplicadas no ensino regular.

Conforme o decreto 7071-A/1878, que teve como marco a incorporação do ensino para jovens e adultos na legislação, a preocupação com a conduta disciplinar foi o que se destacou. As províncias do Império se preparavam para absorver os

excluídos da educação regular: trabalhadores informais, escravos e libertos. Criando regras e sanções para possíveis transgressões de uma nova classe de educandos, considerada o atraso do processo civilizatório. Inclusive, com o recurso de solicitação policial por parte do professor para qualquer ocorrência de incômodos na sala de aula ou nas redondezas do prédio escolar.

Era preciso que esses novos alunos com idade adulta reconhecessem, de forma imediata, a submissão do seu papel em detrimento à autoridade do professor e, conseqüentemente, desenvolvessem uma conduta passiva em relação ao ensino. Atualmente essa via de mão única está presente na escolha metodológica por aulas predominantemente expositivas que ao exigirem o silêncio e a concentração, transferem para o aluno a culpa pela falha do método.

Quando o ensino não alcança os seus objetivos, a primeira causa levantada pelo professor diz respeito a falta de comprometimento do aluno, sendo comprovada por meio das atitudes comportamentais. Chega atrasado, senta - se nas últimas carteiras, conversa em aula, escuta música. Em todo caso, no que diz respeito ao processo de ensino, o bom aluno é visto numa posição passiva. Espera-se dele boa escuta e pouca interação.

O ensino para jovens e adultos também é marcado pela motivação baseada na possibilidade de ingressar no mercado de trabalho. Em toda a sua história, a suplência funcionou como mecanismo de validação a mão de obra. Por esse mecanismo, os exames de avaliação tiveram como objetivo mensurar o mínimo de competência escolar para habilitação do educando ao emprego.

Com o olhar voltado para a suplência, o ensino na EJA ainda não contempla a formação integral do indivíduo. Apesar do parecer 11/2000 do CNE garantir a oferta de ensino adequado às necessidades e possibilidades dos alunos, na prática, a abordagem de uma educação com finalidades de suplência se sobrepõe a qualquer outra alternativa de plano de ensino.

Nessa dinâmica, o currículo e as condições práticas de ensino, a ação do educador e a motivação do aluno, orbitam a mesma visão da educação como cumprimento de tabela. Pouco importa se os conteúdos aprendidos na escola lhes servirão para a vida ou até mesmo para o emprego, pois o certificado de aprovação representa a finalidade do ensino.

2. A Educação de Jovens e Adultos na Escola Estadual Fernandina Malta

Este capítulo apresentará, brevemente, a estrutura e organização da escola. Buscará construir alguns apontamentos sobre o seu projeto político pedagógico, que na ausência de orientações curriculares específicas para a modalidade EJA, tenta traçar o perfil do aluno revelando por quais lentes a instituição forma a sua visão e traça objetivos a serem alcançados.

Será feito uma reconstituição do percurso da disciplina de Sociologia na escola, com o objetivo de analisar como a instituição opera o ensino EJA. A movimentação de professores para assumir as disciplinas da EJA, sendo sempre escolhida para complementação de carga horária por docentes de outras áreas, e o atraso na ocupação dessas carteiras por profissionais licenciados evidencia o descuido da instituição para com o ensino de sociologia e o despreparo na articulação de um ensino para jovens e adultos que supere as concepções da educação suplente.

Ainda nesse capítulo, será construído um breve diálogo entre os elementos históricos do “disciplinamento” e da “suplência” e a concepção escolar sobre ensino e diversidade.

2.1 A escola e seu projeto pedagógico

A Escola Estadual Fernandina Malta é uma instituição de ensino localizada em Rio Largo – AL. Município metropolitano da cidade de Maceió. Funcionando nos três turnos, oferta ensino fundamental (8ª a 9º ano), Ensino Médio Regular (1º a 3º) e EJA Médio. Possui doze salas de aula, mobiliadas e ventiladas. Tem um pátio central coberto e funcional. Laboratórios de Ciências, Matemática, Robótica e Informática.²

Seu desempenho no Enem, geral e na área das Ciências Humanas, está abaixo da média do municipal e nacional.³ As turmas da EJA atendem a um público frequente de aproximadamente 180 estudantes distribuídos em 8 turmas nos 3 períodos do curso.

² Extraído do Projeto Político Pedagógico - PPP 2017

³ Dados coletados no endereço eletrônico: <https://www.melhorescola.com.br/escola/publica/escola-estadual-fernandina-malta/enem>

Antes de abordar sobre a EJA se faz necessário observar como a Escola concebe a educação de um modo geral. Sua missão enquanto instituição e o que os professores devem considerar na construção do perfil do aluno.

A construção do projeto pedagógico reflete sinteticamente como o pensamento dos que fazem a escola se desenvolve. Por mais que o documento traga reflexões e pensamentos freirianos, o *modus operandi* é de uma concepção escola novista, de tratamento das desigualdades como forma de reparação e, ao mesmo tempo, de justificação do sistema político-econômico vigente. A instituição é concebida como promotora de uma educação humanística que trata das desigualdades como elemento posto, mas não os problematiza a ponto de constituir uma perspectiva de mudança social.

Dito isto, é possível refletir acerca do seu Projeto Político Pedagógico – PPP onde a escola enuncia a missão de “favorecer a construção do conhecimento e o sucesso profissional sob uma perspectiva ética, crítica e de **respeito a diversidade**” (ALAGOAS, 2017, p. 8).

Atuar sob uma perspectiva de respeito a diversidade é, sobretudo, ter a capacidade de promover a inclusão do diferente, concebendo-o de igual forma. Ao construir a figura do aluno os educadores devem abandonar a lógica da maioria, pela qual se privilegia os aspectos culturais e sociais daqueles considerados “normais” à cultura dominante.

Para além do respeito, é preciso ter uma abordagem pedagógica que considere a diversidade. Utilizando-se da análise desenvolvida por Ezpeleta e Rockwell (1986, p.58) acerca dos processos de interação entre a organização oficial do sistema escolar e os sujeitos que nela atuam, Dayrell (2001, p.139) defende que é preciso “estabelecer relações entre o vivenciado pelos alunos e o conhecimento escolar”. Segundo o autor, o processo de ensino/aprendizagem tradicional se dá numa “homogeneidade de ritmos, estratégias e propostas educativas”. Portanto, é preciso que a diversidade real dos alunos seja incluída na prática escolar. O critério da capacidade cognitiva e do comportamento não deve desconsiderar a “totalidade das dimensões humanas do sujeito” (idem). A escola, concebida como espaço sócio-cultural deve buscar conhecer quem são esses jovens, seus objetivos, sua visão sobre a instituição e os significados das experiências vivenciadas nesse espaço.

O PPP da instituição busca estabelecer um perfil desses alunos por meio dos dados socioeconômicos e faixa etária. De imediato, esse procedimento é insuficiente pois não contempla os processos de significação dos sujeitos como exposto acima. Se os dados socioeconômicos sobretudo privilegiam os aspectos financeiros em detrimento do social, pouco tem a dizer sobre os diferentes grupos que frequentam a escola. Por ser uma instituição pública e periférica, seus alunos tem relativamente a mesma realidade financeira. A mais do social para se conhecer por meio do olhar da cultura do que pelo olhar da economia.

É preciso apresentar outros dispositivos que orientem o professor no trato com a diversidade socio-cultural. Tal exercício requer uma mudança de perspectiva quanto a formulação do próprio Projeto Pedagógico.

Com relação a religiosidade dos munícipes, não se faz nenhuma menção aos cultos de religiões de matriz afro como a Umbanda e o Candomblé. Ao passo que descreveu todas as denominações do cristianismo existentes na cidade, com exceção do espiritismo, o qual tem sua importância na história da cidade registrada como praça, uma das mais antigas e conhecida praça do Seixo, em frente à Sede Espírita Paz e amor. As expressões religiosas cristãs foram consideradas as “mais significativas em termos de fiéis”. Significação que não se limita a simples constatação, mas reflete como o olhar plural é guiado pela lógica majoritária. O “respeito a diversidade”, citado como perspectiva na construção do conhecimento, pode se encontrar prejudicado na execução de tal proposta pedagógica. Visto que as minorias religiosas não são consideradas parte do todo, mas tidas na prática como menos significantes.

Ao tentar construir um perfil discente, o documento destaca a atuação do profissional educador na assistência às dificuldades “trazidas” pelos alunos. Resumidamente, afirma que o perfil socioeconômico do aluno serviria como parâmetro na construção das aulas, assim como a faixa etária que varia dos 18 aos 50 anos, no caso do EJA.

O perfil docente que a escola almeja é aquele relacionado ao papel de mediador, entre o conhecimento escolar e o aluno. Esse professor também deve conhecer o currículo e o projeto pedagógico da escola. Assim como estar atento aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

As modalidades, embora distintas, são planejadas e executadas de forma semelhante. Definitivamente, não se construiu na Escola Estadual Fernandina Malta uma política pedagógica que perceba o EJA como um modelo de ensino que, apesar de operar numa faixa etária diferente do ensino regular, traz em si toda complexidade dos desafios propostos pelo processo de ensino aprendizagem.

2.2 O ensino de sociologia

Na E. E. Fernandina Malta, a disciplina de Sociologia é ofertada desde o ano de 2002, apesar da obrigatoriedade de ensino só ter sido sancionada em 2008 pela lei Nº 11.684.

No período de 2002 aos dias atuais, a Instituição contou com o trabalho de sete profissionais. Destes, apenas quatro eram formados na área. O primeiro quadriênio de instalação da disciplina (2002 – 2005) foi realizado por um único professor formado em História. No que diz respeito a modalidade EJA, está se introduzira no ano de 2007 em meio a mudanças no quadro dos professores de Sociologia:

O período de 2006 a 2014 é marcado pela vinda de novos professores. Inicialmente, dois são formados na área: Tatiana Gomes e Rosângela Firmino, e o terceiro, em geografia: Edmilson Souza. Ao professor que não é formado na área foi designado às turmas do EJA, à noite. Essa dinâmica se repetiu no ano seguinte, onde um professor formado em Línguas Estrangeiras substituiu o de geografia. De 2008 até os dias atuais as aulas são ministradas por professores formados na área, o que modificou a orientação dos conteúdos ministrado nas aulas. (Relatório de Estágio IV, 2019, p. 05)

Como relatado acima, a atividade docente foi exercida inicialmente pelos professores sem formação na área. A obrigatoriedade da disciplina conquistada em 2008 coincide com o ingresso e permanência na modalidade EJA de professores com formação acadêmica específica. Mas, as distribuições de turma que designaram os professores do turno da noite, nos anos de 2006 e 2007 quando ainda havia aqueles sem formação específica, deixam uma pista de como se concebeu a visão do ensino de Jovens e Adultos naquela escola. Um concurso público na área só seria feito entre os anos de 2013 e 2014, resultando na aprovação da professora Rosângela e sua incumbência de responder por todas as turmas de sociologia da escola, regular e EJA, desde 2015. Por tanto, a reflexão que se pode encaminhar, levando em conta a história da disciplina nessa instituição, seria de qual forma se pode superar a

concepção compensatória, ou até mesmo depreciativa, que os agentes educadores têm sobre a modalidade de ensino EJA? Os elementos sócio-históricos, daquela educação via supletivos e/ou a herança simbólica do que foi o Mobral, colabora parcialmente na assimilação do corpo docente atual para com a implementação da modalidade EJA? Seria esta, a base de sustentação de uma postura “despreocupada” do ensino à Jovens e Adultos?

A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio possibilitou uma mudança essencial na visão e distribuição da disciplina no quadro de professores da Instituição. Quando já havia professores licenciados em Ciências Sociais, e as turmas de EJA ainda eram distribuídas entre professores não formados, o evento da obrigatoriedade fez com que a modalidade ficasse definitivamente na responsabilidade dos primeiros. Mesmo sendo monitores, professores temporários com carga horária de 20 horas semanais, eles passaram a lecionar nas duas modalidades de ensino e em todas as turmas de aluno, a partir de 2008.

Para cumprir o número de aulas previsto, cada docente buscava preencher sua carga horária com as disciplinas “eletivas”. Assim, evitava ou ao menos diminuía a necessidade de deslocamento para outras instituições. A chegada das professoras formadas em Ciências Sociais, dificultou a execução desses arranjos nos horários diurnos entre os docentes com formação diversa. Mas nada os impediu de lecionar a disciplina de Sociologia no período noturno. Nesta perspectiva a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos também passou pela experiência de implementação de aulas conteudistas guiadas por livros/ manuais de Sociologia existentes a época. O currículo extraído dos livros resultava no predomínio de temas da sociologia clássica.

Já em 2008, com a ocupação das turmas de Sociologia/EJA pelas professoras formadas, se estabeleceu um conteúdo mais articulado e condizente com o ensino em nível médio. A didática seguiu um caminho semelhante, visto que algumas aulas previam a utilização de músicas e vídeos como material. Os temas eram desenvolvidos em várias aulas, finalizando sempre com debates sobre o assunto. Esses aspectos de como se davam as aulas são obtidos por meio da recuperação de dados presente nos Diários de Classe.

Vários elementos podem ser usados na tentativa de explicar esse tratamento “menos cuidadoso” na execução da disciplina. Estudantes fadigados, devido as atividades laborais do dia a dia, justificariam a abordagem “mais leve” dos assuntos;

o movimento proposital de desistência entre alunos do ensino regular para poder frequentar a escola no turno da noite nos anos posteriores, explicaria a falta de compromisso desses alunos com os estudos; o reduzido tempo de execução das aulas, devido a logística dos transportes e a falta de segurança pública, comprometeriam a prática de uma aula mais elaborada que superasse a simples entrega de conteúdo.

Contudo, esse tratamento desarticulado encontra na construção histórica sua justificativa mais fundamental. Como visto no capítulo anterior, o EJA se projetou historicamente na promoção de educação das massas populares. A educação compensatória se pretendia solução para os atrasos econômicos e sociais da nação. Sendo, o lado econômico, a motivação mais clara por parte do Estado. Apesar do discurso, a educação supletiva não alcançou os objetivos traçados.

O analfabetismo manteve-se com taxas altas desde o Império, e o Ensino, nos estágios posteriores da formação escolar, se resume na aplicação de exercícios de memorização temporária dos conteúdos para fins de aprovação e certificação.

2.3 Construindo o conhecimento na diversidade

Como visto no capítulo anterior a primeira providência tomada na oficialização de uma educação para jovens e adultos foi o estabelecimento de regras disciplinares. Essa emergência pedagógica permaneceu por muito tempo como única medida de organização da modalidade. Até mesmo nos dias atuais, onde o currículo da EJA em vários estabelecimentos de ensino não se diferencia daquele voltado ao ensino regular. Mesmo quando esse currículo é de alguma forma confeccionado pela escola, sua execução se esbarra nas mesmas práticas pedagógicas utilizadas no ensino regular.

Orientado apenas para o disciplinamento as práticas de ensino não são capazes de perceber a diversidade na qual está inserida e assim desenvolver possibilidades outras de aprendizado. Atento a essas estruturas, o professor de sociologia para essa modalidade deve desenvolver ferramentas que direcione o disciplinamento segundo a diversidade real apresentada pelos alunos.

O ato da escuta tão reivindicado pelo educador deve ser redirecionado a si próprio como exercício de pesquisa educacional na busca pela pluralidade cultural

que se encontra escondida por trás da nomenclatura aluno. Quando olhares, gestos e sons manifestados durante as aulas deixam de ser concebidos como ruídos indisciplinados, abre-se espaço para manifestação de identidades autênticas e diversas, que devem ser consideradas no estabelecimento de regras comportamentais.

As práticas de ensino que tem como ponto de partida a diversidade reelaboram suas regras disciplinares proporcionando maior qualidade na busca pela construção do conhecimento. Uma vez que o conhecimento é produzido verdadeiramente, nessa articulação entre a vivência extra sala e o conteúdo escolar, o elemento histórico da suplência é superado.

O ensino supletivo inaugurou um pensamento de educação permanente oferecido às pessoas fora da idade escolar. Embora sendo uma medida positiva do ponto de vista da inclusão dessa parcela da população no sistema de ensino, as políticas de educação em suplência limitavam o processo de ensino e aprendizagem a decodificação de conteúdo.

Mesmo com a chegada de novos projetos educacionais, possibilitados pela descentralização do ensino para jovens e adultos, e da universalização do ensino proclamada pela Constituição, o modelo de suplência concebido no Mobral se estendeu até os dias de hoje.

Porta de entrada para o mercado de trabalho a suplência oferecia o diploma como principal objetivo de ensino. Essa finalidade parece ser um elemento central do significado escolar. Ao serem questionados sobre o significado da escola a maioria dos alunos não tem dúvida em dizer que ela é o passo para o emprego de carteira assinada.

A disciplina de sociologia ainda segue o mesmo modelo de ensino e aprendizagem historicamente praticada na EJA antes de sua chegada. O professor de sociologia precisa romper com essa tradição pedagógica e construir novas possibilidades para a produção do conhecimento.

3. Currículo e planejamento: novas práticas de ensino

Este capítulo buscará apresentar o Planejamento Anual de Ensino - PAS fornecido pela professora Rosângela, e em conjunto com a experiência adquirida em estágio no ano de 2019, analisar suas concepções e práticas.

Em um último momento serão encaminhadas algumas proposições curriculares a fim de fornecer subsídio na construção do currículo de Sociologia para a modalidade EJA da Escola Estadual Fernandina Malta.

3.1. O plano de ensino

Através do Planejamento Anual de Sociologia – PAS podemos identificar as concepções que constituem a prática docente. Qual modelo pedagógico que será seguido, os objetivos que se pretende alcançar, as escolhas de conteúdo, a metodologia aplicada e os meios de avaliação. A partir deste momento a analisaremos cada uma dessas partes.

3.1.1..... Objetivos

Considerando que a docente não dispõe da assistência de um planejamento curricular, os objetivos de ensino revelam as bases que orientam sua atuação.

Para efeito de análise pode-se decompor o objetivo geral em duas partes: Os três primeiros objetivos se referem a importância da disciplina enquanto área do Conhecimento que possibilita a leitura dos mecanismos sociais, sobretudo na Era das Comunicações. Ao mesmo passo que apresenta a área de estudos como alternativa à escolha de atuação profissional. Os últimos, abordam sobre a identidade coletiva. Buscam promover o autorreconhecimento do aluno como ser cultural, participe de uma cultura nacional e de uma cultura específica local.

São eles: (a) compreender a importância da Sociologia no contexto da Sociedade da Informação⁴ (b) apresentar possibilidades de inserção profissional do Cientista Social no mercado de trabalho (c) apresentar o processo de construção e aplicação de uma pesquisa de opinião (d) tomar conhecimento de sua “identidade comum” observando as categorias de Individuo, Sociedade e Espécie (e) oportunizar

⁴ No documento, este objetivo tem como complemento as seguintes ações metodológicas: “apresentar algumas possibilidades de inserção profissional do Cientista Social no mercado de trabalho”; “apresentar a estrutura básica de organização de uma pesquisa de opinião”.

o conhecimento de sua origem cultural como brasileiro e como participante de uma cultura específica local (f) identificar e “valorizar” a trajetória dos grupos culturais da comunidade do entorno escolar.

Se faz necessário observar que na construção desses objetivos foram utilizadas as mais variadas orientações pedagógicas.

É notória a influência da Pedagogia Tradicional nos objetivos (b) e (c). Nela, o professor exerce o papel de mensageiro do conhecimento na forma de conteúdo. Com isso os objetivos são pontuados segundo o que se espera realizar em sala de aula, sendo os alunos o objeto de sua atuação.

Os demais objetivos foram concebidos conforme a Pedagogia Libertadora. Nessa proposta, leva-se em consideração o que se pretende provocar, em termos de prática, nas atitudes e concepções do aluno. Aqui, a relação teoria e prática encontram sua dimensão dialética.

A transformação social potencializada pelas novas tecnologias desencadeou uma maior aproximação entre culturas distintas, causando conflitos e consensos, mudanças constantes em pouco espaço de tempo, exigindo uma leitura elaborada por parte das Ciências Humanas em geral. Nesse contexto, a compreensão do aluno sobre o papel da Sociologia, passa pela articulação das realidades sociais dos educandos, imersos nas redes de informação global de onde cotidianamente afetam e são afetados pelos fenômenos sociais.

A segunda parte dos objetivos busca trabalhar a identidade cultural como elemento socializante, evocando nesses indivíduos escolares uma aproximação com os grupos comunitários e à uma cultura nacional preexistente.

Sem deixar de considerar a condição humana de ser indivíduo, buscar desenvolver nos alunos ao diferente por meio da capacidade de diálogo. Ser capaz de reconhecer no Outro, traços sociais diferentes dos seus e assim desenvolver o respeito mútuo.

Para dar um melhor encaminhamento a essa questão, é preciso observar aquilo que a BNCC reflete sobre a importância de se estabelecer o diálogo como ferramenta e a operacionalização de determinadas habilidades investigativas:

Portanto, no Ensino Médio, a BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe que os estudantes desenvolvam a capacidade de estabelecer **diálogos** – entre indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas –,

elemento essencial para a aceitação da alteridade e a adoção de uma conduta ética em sociedade. Para tanto, define habilidades relativas ao **domínio** de conceitos e metodologias próprios dessa área. As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específicos (BNCC, 2018, p. 561-562).

Possibilitar o lugar da Alteridade na construção do conhecimento é de todo aprofundar nas narrativas individuais dos alunos, descobrindo suas semelhanças e diferenças que constituem os grupos culturais. As ligações e descontinuidade de redes que perpassam o nosso ser social.

Entretanto, a dificuldade de identificação do aluno como integrante da própria “comunidade do entorno” revela a distância na qual, inconscientemente, se planeja o ensino. Os alunos não só são membros dessa comunidade como também portadores do conhecimento prático sobre ela. Suas identidades estão sendo construídas e reconstruídas cotidianamente. Assim, o “conhecimento de suas origens” deveria ser parte de um projeto maior, onde sua identidade cultural fosse compartilhada a partir de suas próprias narrativas, e a disciplina, auxiliaria nesses saberes não sistematizados com a contribuição de uma perspectiva sociológica.

3.1.2..... Conteúdos

Ao se tratar da Educação de Jovens e adultos, suas especificidades exigem do professor uma habilidade distinta para se trabalhar os conteúdos. A dificuldade de desnaturalização, sobretudo dos adultos, desafia o docente a deixar claro o modo científico de se adquirir o conhecimento em contraponto ao senso comum ou ao conhecimento religioso. Para tanto, deve-se atentar para a possibilidade de passar aos estudantes uma introdução sobre os tipos de conhecimentos.

Na ausência de currículo escolar específico, a profissional buscou elaborar seu planejamento levando em consideração os livros didáticos. Segundo a professora, a escolha dos conteúdos teve como base os livros “sociologia para o ensino médio” de Tomazi (2007) e “Sociologia - introdução à ciência da sociedade” de Costa (2005).

O quadro apresentado a seguir contém os eixos temáticos dos conteúdos trabalhados ao longo de todo o ano letivo.

Quadro 2 – Lista de conteúdos

1º período	2º período
<ul style="list-style-type: none"> . Introdução à sociologia . Categorias de Indivíduo e Sociedade . Abordagens teóricas 	<ul style="list-style-type: none"> . Instituição social . Sociologia contemporânea . Sociedade de consumo e globalização . Trabalho e movimentos sociais . Cidadania e problemas sociais . Comunidades afro-brasileiras indígenas
3º período	4º período
<ul style="list-style-type: none"> . Trabalho, Cidadania e Direitos . Trabalho e Revolução Industrial . Trabalho e Mulheres . Desigualdade social 	<ul style="list-style-type: none"> . Introdução à Cultura . Desigualdades Sociais . Violência . Movimentos Sociais

Fonte: Planejamento Anual de Sociologia, 2019.

Para o primeiro período foram inseridos assuntos introdutórios a Sociologia e, ao mesmo tempo, apresentada suas subdivisões clássicas. Sua origem histórica e fundamentação científica; as categorias de indivíduo e sociedade; além da apresentação de suas diferentes abordagens: positivista, integralista com ênfase na solidariedade, compreensiva e crítica.

Os conteúdos introdutórios geralmente buscam legitimar entre os alunos a disciplina como componente curricular. Com esse intuito, os professores de sociologia

resolvem aplicar conteúdos mais densos, de cunho teórico. Baseando-se nas experiências adquiridas em sala, seja observando o orientador ou ministrando algumas aulas introdutórias, a exposição de conteúdos teóricos não tem um bom aproveitamento no aprendizado.

Para se alcançar esse objetivo é preciso considerar temas que explorem o aspecto cultural da vivência dos alunos recorrendo aos avanços conquistados pelo conhecimento antropológico no campo da educação.

No segundo período, as temáticas envolvem os três subcampos das Ciências Sociais. No campo da Sociologia estava previsto trabalhar conceitos de Instituição Social, Sociedade de Consumo, Globalização e Trabalho. Além de uma articulação com a Antropologia na apresentação dos conceitos de Evolucionismo, o Funcionalismo e Estruturalismo.

Por meio da Antropologia apresenta-se um tema que busca abordar sobre o “panorama das comunidades afro-brasileiras e indígenas”.

Na Política, conteúdos acerca de Movimentos Sociais, Cidadania, Democracia, Moral e Ética, Direitos humanos, Representação Social e Política, Violência e Desigualdade Social.

O terceiro período foi dedicado aos estudos sobre o fenômeno do Trabalho. Busca-se aprofundar sobre os processos de formação, produção e organização do trabalho moderno a partir da revolução industrial. De onde se origina o conceito de cidadania e direitos sociais para os trabalhadores. Resultando na Organização Sindical e Direitos das Mulheres.

Torna-se relevante estudar sobre o mundo do trabalho, principalmente pelo fato da modalidade ser composta de trabalhadores. O processo de abandono do ensino regular é inversamente proporcional ao processo de inclusão dessa juventude no mercado de trabalho e no ensino noturno.

No caso da maioria dos frequentadores das aulas noturnas, que são as mulheres, é preciso fazer a reconstituição histórica da abertura do mercado de trabalho para a população feminina. Abordar o contexto atual da instituição da misoginia, e seus desdobramentos na dupla jornada de trabalho, por ser os afazeres domésticos considerados atribuição da mulher.

Ministrando aulas com essa temática, foi possível desenvolver um processo de desnaturalização do trabalho doméstico enquanto ocupação voltada para o sexo

feminino. A importância do reconhecimento pelo Estado dessa ocupação como profissão deve ser seguida de uma mudança de postura na distribuição de responsabilidades sobre as tarefas domésticas entre os sexos, sobretudo nas classes populares.

Para o último período da modalidade, foi definido quatro temas relacionados entre si: Cultura, Desigualdade, Violência e Movimentos Sociais.

A proposta de conteúdo na área da cultura busca discorrer sobre os aspectos da Sociedade de Massa. A Cultura de Massa é um fenômeno proveniente da indústria cultural e dos meios de comunicação, sua influência nos gostos e costumes das camadas populares foi potencializada com o advento das redes sociais.

O tema da desigualdade social foi pensado do ponto de vista da Sociedade de Massa. Permitindo reflexões sobre como a indústria cultural e a sociedade em conjunto processam a pobreza econômica.

As origens da Violência em seus variados aspectos também surgem das desigualdades sociais. Explanar as diferentes dimensões desse fenômeno exige uma reflexão sobre a relação que se estabelece entre Desigualdade Econômica, Violência e Crime.

O conceito de Violência Simbólica (BOURDIEU, 1996), se refere ao tipo de violação não-física exercida em conjunto com a cumplicidade de quem a sofre, porém, de forma inconsciente a ambos. Aquilo que é estabelecido pelos que têm a hegemonia adquire poderes de coação sobre os indivíduos da classe dominada e pode ser identificado através da linguagem, das artes etc. A mídia, a política e a indústria são agentes principais dessa violência simbólica, por exercer influência direta nas estruturas sociais e no senso comum.

O último eixo temático reflete as consequências da violência exercida sobre grupos minoritários. A pretensão inicial é de identificar o descontentamento como característica formadora dos movimentos sociais. Mais do que a apresentação dos movimentos tradicionais do século XIX e dos chamados Novos Movimentos Sociais, do século XX, é preciso discutir os movimentos em rede teorizados por Castells (2013) e que muito tem a contribuir no entendimento das transformações sociais atuais.

A abordagem do Sociólogo contemporâneo Manuel Castells (2013) acerca do movimento em rede, inaugura uma perspectiva que considera o contexto da Sociedade em Rede promotora de uma transformação na estrutura dos movimentos

sociais. O surgimento de comunidades identitárias de forma quase espontânea sem a necessidade de um líder, mudou a forma de como o descontentamento foi processado pelos sujeitos.

3.1.3..... Metodologia

A adoção de estratégias no processo de ensino-aprendizagem visa encaminhar de maneira mais adequada os conteúdos, e assim alcançar os objetivos postulados.

No documento identifica-se cinco métodos: (a) Aulas expositivas, (b) promoção de debates, (c) elaboração de trabalhos para apresentação, (d) pesquisas bibliográficas, (e) apresentação de filmes e documentários.

A primeira metodologia valoriza a posição de “autoridade intelectual” ocupada pelo professor e coloca o aluno na condição de ouvinte passivo, dificultando a eficácia do processo de ensino- aprendizagem.

O método de aula expositiva é o que define, na prática, a ideia de aula para a comunidade escolar. O funcionamento da instituição está todo voltado para esse evento em sala de aula e o professor é seu executante central. Esta tradição pedagógica posiciona em um lado o professor, encarregado de passar conteúdo e, do outro, com vontade ou não, o aluno que deve prestar atenção e absorver o que está sendo passado.

A aula expositiva exige dos professores uma capacidade de transposição de conteúdos dinâmica e ao mesmo tempo simplificada. Capaz de superar a falta de concentração dos alunos, o que se deve ao cansaço físico e mental do dia de trabalho, e que consiga de uma forma simplificada efetivar a assimilação dos assuntos no curto espaço de tempo-aula.

Contudo, essa metodologia não apresentou bom resultado na aplicação de uma abordagem teórica, ou até mesmo, que partisse da realidade cotidiana. As limitações relatadas no parágrafo anterior permitiram apenas uma exposição pautada nos Conceitos sociológicos.

A metodologia do debate vem em auxílio ao professor para tratar de temas que se mostrariam inviáveis em aulas expositivas. Muitas vezes os conteúdos são extremamente polêmicos, e por esse motivo são difíceis de ser trabalhados.

Com o advento da cultura da pós - verdade, redes de opiniões, apoiadas nas crenças particulares ao invés dos fatos, alcançam por meio digital dimensões planetárias. Inviabiliza o processo de assimilação do conteúdo por causa das divergências de opinião que inserem com um tom agressivo e de senso comum.

Portanto, a construção de um debate com regras, onde a elaboração dos argumentos separa e classifica os posicionamentos, ajuda no aprofundamento do conhecimento e na promoção do respeito mútuo. As vantagens na utilização de debates estão na formação de argumentação lógica valorizando o pensamento crítico e o respeito ao diferente. Além de estimular a participação na vida política, cultural e econômica observando os princípios da cidadania.

A elaboração e apresentação de atividades resulta no envolvimento dos alunos aumentando o seu comprometimento com o aprendizado. O professor deve se valer dos dados para avaliar a efetividade de sua própria metodologia. A reflexão no uso de apresentações de trabalhos como meio de ensino deve sempre considerar as impressões trazidas pelos alunos sobre sua aplicação.

A realização de apresentações também pode se tornar um empecilho quando esse tipo de metodologia acaba guiando o aluno a se preocupar mais com a apresentação do que com a compreensão do conteúdo. Ocorre que a atribuição de notas com o intuito avaliativo descaracteriza a sua aplicação como método de ensino.

As vezes em que se deu o uso de tal metodologia na promoção do ensino, foi em ambiente extraclasse, na apresentação de seminários temáticos promovidos pela coordenação em conjunto com outras disciplinas. Para realização desses eventos costumava-se ver uma maior interação entre os alunos e os professores, no estudo e na orientação dos conteúdos.

A Pesquisa Bibliográfica é a metodologia mais utilizada nos planos de aula da Professora. Como suas aulas são majoritariamente expositivas ela busca customizar o tempo de aula propondo pesquisas que sirvam para a explicação dos temas e também para elaboração de redações individuais.

A pesquisa escolar costuma ser o complemento do método de exposição. Escolhe-se aspectos do assunto apresentado para ser posteriormente, pesquisado. Busca-se assim, despertar o interesse pelo conteúdo e, dotados de um “conhecimento” fruto de sua pesquisa, poderiam partilhar e debater com os demais.

Esse método está intimamente ligado com as tecnologias informacionais. Hoje em dia o uso do computador ou dos smartphones se tornou a única fonte de pesquisas utilizada pelos alunos. Não existe estímulo ao uso do livro ou da visita a biblioteca da escola.

A docente observa que, em sua maioria, os alunos não atentam para as fontes, e buscam coletar informações nos primeiros resultados que o algoritmo lhes oferece. Quando indicado fontes, escolhe-se apenas uma. Além de não pesquisar em várias, eles geralmente não criam questionamentos sobre a validade do material encontrado. Por fim, existem aqueles que nem mesmo escrevem com suas próprias palavras o que pesquisou, copiando integralmente as informações presentes naquela fonte.

As soluções passam por conceber a pesquisa como objeto de aprendizagem, a busca deve ser ensinada. Neste caso, a procura deve ser orientada desde o início. Além das sugestões das Fontes, elas poderão ser organizadas por subtemas ou termos que auxiliem o aluno na construção do corpo de sua pesquisa. Se o tempo se apresentar curto para a realização de tal atividade, cada aluno pode ser responsável por parte da pesquisa a qual o professor pode articular e utilizar nas aulas seguintes.

Apresentação de filmes e documentários é uma metodologia pouco utilizada nas aulas noturnas. Questões relacionadas a segurança dos equipamentos de mídia e o curto tempo de duração das aulas, se apresentam como dificuldades primárias para sua implementação.

A importância dessa metodologia está na capacidade de ilustração do conteúdo trabalhado. Os recursos audiovisuais servem para que professores e alunos estabeleçam a mesma dimensão de linguagem na conclusão de um conteúdo. A ilustração de realidades históricas ou de espaços socioculturais que não são os dos alunos, pode ser alcançado com mais eficiência, fazendo com que o objetivo da aula seja cumprido.

Muitas das vezes que se trabalha com essa metodologia ocorre que os alunos tentam decifrar o sentido moral do filme ou documentário, e que não seria a linha de raciocínio na qual o professor pretendia alcançar. Por isso a importância de utilizar este recurso como ilustração de elementos que já estão sendo trabalhados em sala ou que foram concluídos.

3.1.4.....Avaliação

A avaliação é a etapa final da execução do processo de ensino e aprendizagem. Mais do que isso, ela perpassa todas as outras etapas, com o objetivo de aferir a eficácia do aprendizado e a eficiência dos meios empregados pelo educador.

O Planejamento previu a avaliação do aprendizado por meio de provas e trabalhos individuais e coletivos. No entanto, o documento revela a predominância de instrumentos de avaliação comportamental: participação atividades propostas, assiduidade, conduta moral e ética.

Do ponto de vista tradicional, os educadores avaliam a aprendizagem sem questionar o ensino. Nesse modelo a educação é unidirecional, se origina do professor e segue até o aluno. Se caso, ao avaliar o aluno, não se encontra nele aquilo que foi transmitido será encaminhada uma avaliação comportamental, e não uma avaliação do próprio meio de transmissão do conhecimento. Essas avaliações são utilizadas na justificativa de não ter conseguido atingir o objetivo, e para promoção de período.

3.2. Encaminhamentos para a construção do currículo

Uma proposta curricular, que estenda os benefícios da universalização da educação a população fora da idade escolar, passa por uma mudança de postura pedagógica: Conceber a escola como espaço sociocultural; oferecer instrumentos metodológicos de pesquisa para a identificação na comunidade dos processos sociais e das identidades culturais; buscar o aproveitamento de práticas pedagógicas mais inclusivas no planejamento das aulas.

A centralidade da cultura encontra sua verificação mais evidente nos fenômenos relacionados a Educação. Segundo Moreira e Candau (2005, p. 41), “Não se pode conceber uma experiência pedagógica ‘desculturalizada’, em que a referência cultural não esteja presente”.

A escola é uma instituição onde as experiências socioculturais interagem e se reconstróem permanentemente. O respeito à diversidade deve ser promovido na rotina escolar. É preciso acontecer uma ressignificação dos olhares avaliativos sobre o comportamento, romper com o elemento do disciplinamento herdado da pedagogia tradicional.

Mais que dados econômicos e faixa etária, o currículo necessita de informações resultantes da pesquisa sociológica. Informações gerais e marco histórico pouco tem a dizer sobre os habitantes da cidade. Na busca pelo conhecimento da cultura é preciso conhecer as pessoas do município mais do que o município das pessoas.

É preciso abrir os olhos para a diversidade. A Sociedade da Informação é uma Sociedade Multicultural. Em nossos tempos, por meio dos avanços tecnológicos advindos da Comunicação, o fenômeno das intensas trocas culturais consolidou o caráter multicultural de nossas sociedades.

Na concepção de Hall (1997), a centralidade da Cultura marca o aspecto mais importante para se entender as Sociedades Contemporâneas. Segundo o autor, a variante cultural não pode ser vista como um elemento periférico na explicação dos fenômenos, mas como constituinte dos aspectos da vida social. Com isso, afirma que é impossível fazer uma análise sem considerar a sua formação cultural. A cultura não pode ser considerada um fator complementar na leitura da realidade.

Ainda na reflexão do autor, as Identidades Sociais devem ser vistas como sedimento cultural. Os estilos de vida que adotamos, nossas posições em relação ao Outro, se articulam como em um movimento de dentro para fora, mas que dependem das circunstâncias e estímulos vivenciados de forma única por cada indivíduo. Assim, à medida que vivemos essas peculiaridades nos utilizamos de recursos culturais que se sedimentaram ao longo do tempo.

Uma vez anulado o pensamento de uma educação suplente, do ensino como instrução, é preciso estabelecer objetivos que promovam a inclusão. Metodologias que contemplem a diversidade, na escolha de filmes e documentários, no encaminhamento de debates organizados. Métodos avaliativos que considerem as especificidades.

Pérez Gómez (2001), entende a escola como um espaço de “entrecruzamento de culturas”, afirma que compreender esse entrelaçamento cultural seria a chave para agir de forma consciente sobre o aprendizado do aluno.

As disciplinas ofertadas encaminham uma proposta de cultura crítica que se soma as determinações da cultura acadêmica. Influenciadas pela cultura social, e pelas pressões cotidianas da cultura institucional, com suas regras e programações, refletem na formação das características da cultura experiencial de cada aluno.

Portanto, as especificidades culturais são o que existe de mais importante na busca pela adaptação do currículo a essas juventudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir esse trabalho foi satisfatório. Uma das preocupações que tinha como estagiário era de que maneira a minha estadia na escola iria contribuir para o ensino. Vários projetos de intervenção pedagógica foram feitos, mas não significavam melhoras que a escola absorveria. Isso resultava num sentimento de frustração.

Os estágios são as oportunidades de intervenção mais significativas. Estar inserido no dia a dia do universo escolar possibilitou experiências antropológicas únicas. O período de estranhamento, o processo de aceitação específico de cada grupo, as trocas realizadas no espaço virtual, fizeram me sentir em uma escola totalmente diferente da que estudei.

No entanto, as práticas de ensino semelhantes às do passado me causaram um incômodo providente. Resultando numa investigação que proporcionou reflexões necessárias para o ensino.

Por meio desse trabalho consegui reuni experiências que serão fundamentais no exercício da profissão docente.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS, Secretaria de Estado da Educação, Escola Estadual Fernandina Malta. Planejamento Anual de Sociologia (2019) – Rio Largo, 2019.

_____, Secretaria de Estado da Educação, Escola Estadual Fernandina Malta. Projeto Político Pedagógico – Rio Largo, 2017.

_____, Secretaria de Estado da Educação, Fórum Estadual da Educação. Plano Estadual de Educação (2015 - 2025) - Maceió, 2015.

BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular - Brasília, 2018.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORREIA, Mailza da Silva. A educação popular no brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889). Dissertação (Mestrado Educação Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/M%C3%81RCIO/Downloads/MAILZA%20DA%20S%20CORREIA.pdf>

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução - discutindo conceitos básicos. In: Secretaria de Educação a Distância. Salto para o futuro. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999. p. 10.

DAYRELL, Juarez. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DORNELES, Malvina do Amaral. O Mobral como política pública: a institucionalização do analfabetismo. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do

Sul. Faculdade de Educação. Curso de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, 1990. Disponível

em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198781/000034407.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2013.

EZPELETA, Justa, ROCKWELL, Elsie. Pesquisa participante. São Paulo: Cortez, 1986.

FARIAS, Humberto Vieira. Os cursos semipresenciais e o reencontro de jovens e adultos com a educação básica. Dissertação (Mestrado) - UFPB/RN João Pessoa, 2015.

GÓMEZ, Pérez. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Artigo - Educação e Realidade. v. 22 n. 2, p. 16 – 46, jul./dez. 1997. Disponível em: cesso em: 21 mai. 2021.

JÚNIOR, Mauro Roque de Souza. A fundação educar e a extinção das campanhas de alfabetização de adultos no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio Janeiro, 2012.

MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica. Curitiba: Educarte, 2003.

PORCARO, Rosa Cristina. Educação de jovens e adultos: a regulação das políticas educativas no Brasil. In: Congresso de Leitura do Brasil, 17., 2009, Campinas. Anais do 17º. COLE., Campinas, SP.; ALB, 2009. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_3509.pdf

ANEXOS

PLANEJAMENTO ANUAL DE SOCIOLOGIA 2019
ESCOLA ESTADUAL FERNANDINA MALTA
SÉRIE: 1º Período, 2º Período, 3º Período/ 4º Período
PROFESSORA: Rosângela
COORDENADORA: Aldileide
TURNOS: NOTURNO

OBJETIVO GERAL:

Compreender a importância da sociologia no contexto da sociedade da informação. Apresentar algumas possibilidades de inserção profissional do cientista social no mercado de trabalho. Apresentar a estrutura básica de organização de uma pesquisa de opinião.

Propiciar que o educando tome conhecimento de sua identidade comum a todos os outros seres humanos, considerando a condição humana de ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie. Oferecer aos alunos oportunidades de conhecimentos de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos, abrindo-se assim para o diálogo com o outro. Identificar e valorizar a trajetória particular dos grupos culturais da comunidade do entorno.

METODOLOGIA

Aulas expositivas;
Socialização de ideias e questionamentos;
Elaboração de trabalhos para apresentações individuais e/ou coletivas;
Trabalho com leitura e interpretação das fontes bibliográficas;
Apresentação de filmes e documentários;

AVALIACÃO

Participação nas atividades internas da sala de aula e nas atividades extracurriculares da escola;
assiduidade;
Avaliação diária nos quesitos: desenvolvimento, comportamento, ética, moral, respeito e solidariedade;
Interação e participação individual e coletiva no processo de ensino-aprendizagem;
Avaliações escritas;
Trabalhos escritos, individuais e coletivos;

Conteúdos:

1º Período:

- . Importância da Sociologia;
- . Cultura: A formação do ser social;
- . Indivíduo e Sociedade;
- . A emergência das ciências sociais nos séculos XVIII e XIX: do biológico ao social;
- . Organização da sociologia em bases científicas: objeto e métodos de pesquisas;
- . Sociologia positivista: As etapas da evolução social;
- . A sociologia da integração social;
- . ciência e solidariedade
- . A sociologia compreensiva da ação social;
- . Sociologia Crítica: mudança e transformação social.

2º período:

- . Antropologia e Sociologia; um diálogo necessário entre Evolucionismo, Funcionalismo e Estruturalismo.
- . Instituições sociais: da socialização à estrutura social.
- . Sociologia Contemporânea: indivíduo e sociedade como base das novas relações e instituições sociais.
- . Pós-Modernidade e Globalização: entre a velha e a nova ordem social.
- . Sociedade de consumo: do luxo ao lixo das desigualdades sociais.

- . Trabalho na sociedade Moderna: Formas de organização, lutas e mudanças tecnológicas.
- . Papel Social das redes de Comunicação Global.
- . Movimentos Sociais.
- . Pobreza e Estratificação Social.
- . O Desenvolvimento da sociologia no Brasil: temas e problemas.
- . Questões sociais no Brasil: Discussões acerca da cidadania, democracia, ética, moral, direitos humanos, entre outros.
- . Comunidade Afro-brasileira e indígena: um panorama da realidade atual.
- . Temas e problemas da cidadania em Alagoas: pobreza, violência e desigual social, representação social e política, movimentos sociais etc.

3º Período:

- . O conceito de trabalho.
- . As características do trabalho na atualidade.
- . Estado Moderno; Cidadania e Direitos.
- . O Mundo do Trabalho: fordismo, taylorismo e acumulação flexível.
- . Organização do Trabalho.
- . Trabalho das Mulheres.
- . Relação Trabalho e Cultura.
- . Sindicalismo no Brasil.
- . O final do Século XX no Brasil.
- . Capitalismo, Desigualdade Social.

4º Período:

- . Cultura e as Ciências Sociais. O que é cultura?
- . Cultura e sociedade de massa;
- . Raízes da desigualdade;
- . Desigualdades sociais;
- . Violência: entendendo esse fenômeno;
- . Diferentes dimensões da violência,
- . Movimentos sociais: concentração de descontentamento?
- . A luta pela conquista de direitos
- . Movimentos Sociais.

BIBLIOGRAFIA

- TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio. 1ª Edição, São Paulo: Atual Editora, 2007.
- COSTA, Cristina. Sociologia- Introdução à ciência da sociedade. 3ª Edição, São Paulo: Editora Moderna, 2005.



ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
12ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL FERNANDINA MALTA
Av. Alberto Santos Dumont, s/n, Alto do Ginásio
Rio Largo/AL/BR +55(82)3261-2945
eefmalta@hotmail.com

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESCOLA ESTADUAL FERNANDINA MALTA

RIO LARGO- ALAGOAS



2017

GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
JOSÉ LUCIANO BARBOSA

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
JOSÉ LUCIANO BARBOSA

SECRETÁRIA ADJUNTA
LAURA CRISTIANE DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
RICARDO LISBOA MARTINS

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO**
MARIA EDENISE GALINDO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO
MARIDALVA SIQUEIRA CAMPOS



EQUIPE TÉCNICA

DIREÇÃO GERAL

Silvania Ferreira dos Santos

DIREÇÃO ADJUNTA

André Oliveira dos Santos
Verineide Porto Barbosa dos Santos

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Aldileide Correia Alves
Kicianne Karina Couto
Rosangela Ferreira da Silva



IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição: Escola Estadual Fernandina Malta

Endereço: Av. Alberto Santos Dumont s n

Bairro: Centro

CEP: 57100-000

CNPJ: 12.200.

Telefone: (82) 3261-2945

Órgão Mantenedor: Governo do Estado de Alagoas, Secretaria de Estado da Educação.



Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. MISSÃO	9
4. VISÃO	9
5. MARCO SITUACIONAL	9
5.1- Histórico do Município	9
5.2- Histórico de Criação da Escola Fernandina Malta	11
5.3- Perfil Discente	11
5.4 - O Perfil Docente	12
6. MARCO TEÓRICO	14
6.1- Princípios Norteadores	14
6.2- Fundamentação Teórica	16
7. MARCO OPERACIONAL	19
7.1. Gestão Democrática	19
7.2. Estrutura Curricular	20
7.3- Procedimentos Metodológicos	26
7.4. Organização das Atividades Pedagógicas	27
7.5- Recursos Humanos	30
7.6- Recursos Financeiros	39
7.8- INFRAESTRUTURA	39
7.9- Avaliação de Aprendizagem	41
7.9.1 - PROMOÇÃO	46
7.9.2- RETENÇÃO	47
7.9.3- CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	47
7.9.4 - RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	48
7.9.5 – CONSELHO DE CLASSE	50
8. PROGRAMAS	51
8.1- PRONATEC	51
8.2 –MEDIOTEC	53
8.3- MAIS EDUCAÇÃO	54
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56



1. INTRODUÇÃO

Pensando na função social da Escola, no seu valor formativo e compreendendo a importância do papel da educação para o desenvolvimento dos seres humanos, baseada no desenvolvimento integral das pessoas numa perspectiva marxista com enfoque construtivista e na importância do contexto social e das relações estabelecidas, a fim de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, corroboramos com a necessidade de que todas as instituições de ensino, sendo elas de qualquer modalidade ou nível, construam seus Projetos Político Pedagógicos.

Apesar de se constituir enquanto exigência legal, o Projeto Político Pedagógico-PPP é, em sua essência, um mecanismo que expressa a ideologia, o posicionamento político que visa a gestão dos resultados da aprendizagem. Vale ressaltar que, a organização do trabalho pedagógico da escola tem a ver com a organização da sociedade. Assim, a escola é vista como uma instituição social, inserida na sociedade capitalista, que reflete no seu interior as determinações e contradições dessa sociedade.

A articulação entre o Projeto Político Pedagógico, o acompanhamento das ações, a avaliação e utilização dos resultados, com a participação e envolvimento de todos os segmentos, numa perspectiva de respeito as diferenças, garante uma educação para todos.

Este PPP representa nosso planejamento organizacional que, além de apontar as metas, visão, missão e objetivos do ensino, também esclarece como será a execução, nosso direcionamento político e pedagógico instituindo procedimentos, instrumentos de ação normas de funcionamento, proposta curricular e disponibilidade em termos de recursos humanos e materiais.



2. JUSTIFICATIVA

Numa sociedade globalizada, contemporânea, com inovações e contradições, a escola passa por uma crise paradigmática. Precisa refletir a respeito dos caminhos a seguir. A autonomia que vem sendo conquistada nos permite fazer opções diante do cenário de diversidade em que a escola vive. Evidenciamos na construção e organização coletiva do nosso PPP nossa concepção pedagógica, nossa visão de homem, de mundo, de sociedade conforme o momento histórico, político, econômico e tecnológico.

Para sabermos que escola precisamos construir, que cidadão queremos formar, temos que saber para que sociedade estamos "remando". A escola constitui-se espaço de diálogo e reflexão da sociedade e de suas funções pedagógicas.

Com esse documento tem-se a pretensão de estimular os atores envolvidos no processo educativo a criar alternativas de (re) significação e transformação da sua prática, partindo de um exercício de ação-reflexão-ação, amparado num processo democrático, que deverá contemplar a dinâmica das relações sociais a partir da concepção, implantação e avaliação permanente do projeto.

As constantes evoluções socioculturais, políticas, econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas têm provocado sucessivas mudanças na sociedade, interferindo na forma de pensar e agir das pessoas, o que valoriza cada vez mais a Educação na nova sociedade do conhecimento e da informação.

Assim, emerge a necessidade da construção do Projeto Político-Pedagógico como o plano global da instituição, configurado em um instrumento teórico-metodológico de orientação, intervenção e mudança da realidade, servindo como um elemento integrador e organizador de nossas atividades.

O Projeto Político-Pedagógico deve ser vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos no processo educativo da Instituição de



Ensino, conforme preconiza o Parecer CNE/CEB nº16/99, ao tratar da autonomia da escola:

[...] O processo de elaboração, execução e avaliação do projeto pedagógico é essencial para a concretização da autonomia da escola. O processo deve ser democrático, contando necessariamente com a participação efetiva de todos, especialmente dos docentes e deve ser fruto e instrumento de trabalho da comunidade escolar.

Portanto, o cidadão fruto da vivência da Democracia Escolar, da consciência de si como sujeito das relações sociais, tem o poder de transcendência, de discernimento, de julgamento crítico, é capaz de tomar decisões, de objetivar o mundo e a si mesmo através do ato de conhecer, por que:

[...] "o homem pode criar sua consciência de mundo, construir sentidos, significações e símbolos. Tendo como característica a ação-reflexão, o ato de conhecer permite ao homem tomar consciência de sua qualidade de Sujeito. Ao tomar consciência de si mesmo ele estabelece uma relação dialética entre sua liberdade e os problemas que a limitam. Assim seu papel não pode ser resumido à passividade, a uma intervenção acidental e incompleta com o mundo". (BRENNAND, 2008).

A apreciação sobre o aspecto legal previsto na LDB permite que cada escola discuta e implemente processos educativos com bases nas convicções e anseios das famílias e sociedade. E a elaboração do PPP deve registrar a evolução de ideias ,conquistas, desafios e estratégias adotadas por cada instituição de ensino. Deve ser um documento processual, por isso precisa ser retomado e atualizado anualmente. Nesse sentido, convém mostrar o ponto de vista daqueles que participam efetivamente do processo, o que de fato constitui um PPP.



3. MISSÃO

Através do compromisso e profissionalismo, formar cidadãos numa perspectiva ética, crítica e de respeito a diversidade favorecendo a construção do conhecimento e o sucesso profissional.

4. VISÃO

Sermos uma escola de referência regional devido a qualidade de educação ofertada, o atendimento a comunidade escolar e a competência de nossa equipe de profissionais.

5. MARCO SITUACIONAL

5.1- Histórico do Município

A história de Rio Largo é, em seus primórdios, a mesma de Santa Luzia do Norte. A estrada de ferro, que não passava em Santa Luzia, fez com que fosse direcionado o desenvolvimento para o local, às margens da ferrovia, onde foram instaladas indústrias têxteis pertencentes à Companhia Alagoana de Fiação e Tecidos.

O nome Rio Largo originou-se de um engenho de açúcar existente no local onde o rio Mundaú apresenta maior largura. No fim do século XIX foram fundadas duas unidades para a industrialização das fibras têxteis, em trechos de pequenos encachoeiramentos do rio Mundaú, favoráveis àquele tipo de atividade fabril. É válido ressaltar, também, nesse período, o surgimento da Usina Leão, que começou a moer em julho de 1894 e tornou-se, à época, uma das maiores do setor em toda a América Latina.

A vila de Rio Largo foi criada por decreto de 10 de dezembro de 1830. O desenvolvimento do polo industrial acarretou, em 13 de julho de 1915, a elevação à categoria de cidade, através da lei 696. Apesar de sua origem



recente, Rio Largo deu a Alagoas filhos ilustres como Amon de Mello e Luiz de Souza Cavalcante, ambos ex-governadores do Estado.

As festividades em Rio Largo são muito concorridas, destacando-se o tradicional carnaval, com desfile de blocos; as festas juninas, com forró ao ar livre; a festa da Emancipação Política (13 de julho); a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição (08 a 13 de dezembro) e as festas natalinas, com a participação de folguedos populares como pastoril, reisado e chegada.

A cidade localiza-se na microrregião de Maceió, fazendo limite com Atalaia, Messias, Murici, Pilar e Satuba. Possui uma área de 310,6 Km e população em torno de 58.500 habitantes. Sua proximidade com a capital, facilita o acesso da população à saúde, educação, órgãos estaduais e acesso a um mercado de trabalho mais diversificado.

O município conta com 12 postos de saúde e um hospital. Oferece mais 15 mil vagas ao alunado, na rede estadual e municipal. Em termos de lazer e esporte, esporte, a cidade é carente. Oferece apenas bares e lanchonete e uma quadra de esporte municipal descoberta, inclusive, a população faz severas críticas pelas precárias condições.

No aspecto religioso Rio Largo, tem hoje uma grande diversidade. Porém dentre as várias denominações religiosas as mais significativas, em termos de fiéis, são: Igreja Católica, Assembleia de Deus, Comunidade Maranatha, Comunidade Sara Nossa Terra, Igreja Batista, Universal do Reino de Deus, Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, Adventista do 7º dia e Igreja Quadrangular.

O transporte da população é feito pelas rodovias, através de uma única linha de ônibus, a empresa Veleiro e ferrovia pela CBTU(Companhia Brasileira de Trens Urbanos) VLT-Veículos Leves sobre Trilhos, além de transportes alternativos tipo "Van". E no perímetro Urbano pelos taxistas e moto-taxista.

Os cartões postais da cidade podem ser vistos do alto da cachoeira, no rio Mundaú, que se encontra bastante poluído, recebendo os esgotos domésticos e industriais da cidade, além da Avenida Santos Dumont (Alto do Ginásio) com vista parcial da cidade.



5.2- Histórico de Criação da Escola Fernandina Malta

A Escola Fernandina Malta, pertence à rede pública estadual de educação, localiza-se na Avenida Alberto Santos Dumont, no Centro, cujo CEP é 57100 000, na Cidade de Rio Largo, no Estado de Alagoas, e com contato telefônico pelo orelhão (082) 3261 – 2945.

Tem um Gestor Geral e dois Gestores Adjuntos escolhidos por eleição direta (gestão escolar democrática), com mandato de dois anos.

Está situada na zona urbana, possui doze salas de aulas amplas, bem iluminadas, mobiliadas e ventiladas por meio de janelas e ventiladores. Tem um pátio central coberto e apresenta um bom estado de conservação. No referente às suas instalações físicas, possui ainda um Laboratório de Ciências, Laboratório de Matemática, de Robótica e de Informática entre outros recursos tecnológicos.

Funciona durante os três turnos, ofertando o ensino fundamental (8ª a 9ª anos, Ensino Médio Regular (1º a 3º), EJA Médio. Temos três cursos do Pronatec Segurança do Trabalho, Enfermagem e Informática ofertados para os alunos que cursam o ensino médio contemplando tanto nossos alunos, como também, das demais escolas da rede estadual.

A Escola Estadual Fernandina Malta busca em seu trabalho manter o equilíbrio no sentido de gerenciar uma fonte inesgotável de saber produzido, para proporcionar uma educação de qualidade. A escola atende a população do bairro e adjacência, uma vez que só tem esta escola como opção em ensino médio no centro da cidade.

5.3- Perfil Discente

Diferenças individuais e diferenças culturais fundem-se em um mesmo fenômeno de geração de heterogeneidade, a partir do envolvimento de indivíduos em diferentes atividades ao longo do seu desenvolvimento psicológico. Pessoas de diferentes membros do mesmo grupo, cultural ou não, pensarão sobre partes idênticas do ambiente de formas diversas; e a mesma pessoa pode pensar



de maneiras diferentes, usando diferentes métodos, estratégias e instrumentos conforme a atividade em que esteja envolvida. (TULVISTE, 2002, p. 58).

Ao tentar compreender a dinâmica social e econômica que permeiam o aprendizado de nossos alunos, nos deparamos com enormes desafios, os quais são relatados principalmente em reuniões pedagógicas, onde os professores discutem novas possibilidades para tentar sanar ou minimizar os problemas e as dificuldades apresentadas pelos alunos, tanto na modalidade regular quanto na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Assim, caracterizar o perfil socioeconômico é um parâmetro para definir estratégias para aplicação de metodologias pedagógicas mais eficientes.

Nossos alunos do ensino diurno são, em sua maioria, filhos de funcionários da rede pública municipal, outros de trabalhadores das usinas de cana-de-açúcar, autônomos ou mesmo são netos criados pelos avós aposentados. No noturno, temos uma clientela diversificada devido a modalidade EJA, a faixa etária varia entre 16 a 50 anos de idade, todavia, o perfil socioeconômico é o mesmo.

Os alunos são oriundos dos bairros: Mata do Rolo, Lourenço de Albuquerque, Mutirão, Cucau, Gustavo Paiva, Usina Santa Clotilde, Tabuleiro do Pinto e da zona rural.

5.4 - O Perfil Docente

Ser mediador do conhecimento é um dos fundamentos da profissão de um bom docente. O conhecimento do currículo e do projeto pedagógico da escola, bem como dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e das Diretrizes Curriculares Nacionais, são necessários para subsidiar a prática pedagógica.

Nosso quadro de docentes é constituído por 22 professores concursados e 23 monitores contratados temporariamente, através do processo de seleção organizado pela Secretaria da Educação do Estado - SEDUC. Os professores são todos graduados, outros com pós-graduação e dois mestres um em Geografia e outro em Matemática, temos ainda uma mestranda em Língua



Portuguesa. Essa qualificação profissional é o diferencial no trabalho com o corpo docente que, para além de seus deveres pedagógicos, se diferencia pela criticidade e disponibilidade no fazer pedagógico.

O corpo docente da Escola Estadual Fernandina Malta é constituído de profissionais vinculados, ou seja, contratados por tempo determinado, de acordo com a carga-horária prevista para a realização da ação educativa. O fator determinante da forma de contratação dos docentes se dá em razão da escassez de profissionais da Rede Estadual de Ensino.

A convocação é feita através de Edital publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas – DOE, assim como também, a publicação do resultado de classificação.

Dada a necessidade de preparação de todos os docentes, para uma melhor atuação, os candidatos, após processo seletivo, participam do momento de ambientação com a Instituição.

Além de promover o desenvolvimento de competências técnicas, cabe aos docentes, conforme preconizado no Parecer CNE/CEB nº. 16/99, propiciar aos alunos o desenvolvimento de senso de responsabilidade, espírito crítico, autoestima, autoconfiança, sociabilidade, firmeza e segurança nas decisões e ações, capacidade de autogerenciamento, com autonomia e disposição empreendedora, honestidade, integridade e ética.

- Estudar e pesquisar soluções no que tange à sua participação no processo produtivo da Instituição;
- Cooperar em trabalhos técnico-profissionais sob supervisão, inclusive prestando a assessoria profissional em assuntos de complexidade relativa à sua área de atuação;
- Participar de reuniões técnicas, grupos de trabalho e estudos;
- Buscar alternativas para evitar evasões, mantendo o equilíbrio dos cursos;



- Garantir a execução de suas atividades em conformidade com o seu planejamento, plano de curso e o Projeto Político-Pedagógico da Instituição;
- Manter-se atualizado quanto ao conhecimento do eixo tecnológico específico e de sua atuação;
- Acompanhar o desenvolvimento dos alunos, identificando o nível de aprendizado dos mesmos;
- Zelar pela conservação das instalações físicas, dos equipamentos e dos materiais, juntamente com os demais professores e o setor competente da instituição;
- Acompanhar, estimular e controlar a frequência dos discentes;
- Representar interna e externamente a instituição, quando convocado;
- Conhecer as formas de avaliação por competências, tendo em vista subsidiar seu planejamento e a construção dos instrumentos de avaliação;
- Ter uma postura consciente e ativa em relação à preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da comunidade em geral, buscando influenciar com estes aspectos a formação dos alunos;
- Agir com base na ética profissional e dessa forma contribuir com a conscientização de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A questão da qualidade ainda é um ponto de preocupação, tendo em vista que não basta possibilitar o acesso à escola. É necessário que nela os alunos permaneçam aprendendo com entusiasmo e possibilidade de ampliar os conhecimentos construídos na vida cotidiana.

As reuniões e encontros que privilegiem estudos, reflexões e discussões acerca da prática docente são espaços que propiciam o compartilhamento de ideias, a criação de vínculos, o estímulo a ações articuladas dos docentes, para a construção de uma prática pedagógica democrática, viva e competente.



6. MARCO TEÓRICO

6.1- Princípios Norteadores

A avalanche de informações e sua transformação em conhecimento colocam como desafio a educação, uma possibilidade de conciliar os objetivos de preparação para o prosseguimento dos estudos, a preparação para o mercado de trabalho e o desenvolvimento pessoal. Para enfrentar os desafios das exigências emanadas dessa nova ordem, é necessário considerar a estrutura educacional do país e a premente necessidade de flexibilizá-la para atender a diferentes situações no tempo e no espaço.

Como se vê, a dinamização das competências implica uma transformação permanente do conhecimento, o que exige dos atores sociais formação continuada e reflexão permanente de seu papel social, tanto para suprir possíveis lacunas da educação básica, quanto para desenvolver a capacidade de pensar, sentir e agir nas diversas situações demandadas pelo cotidiano.

A educação se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano e diversos são os documentos que corroboram com tal afirmação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, afirma que "é direito de todo ser humano o acesso à educação básica", assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que "toda pessoa tem direito à educação".

Isto posto, vimos no Currículo Escolar o caminhar concernente aos anseios e questionamentos do educando e da sociedade em que este está inserido, este se torna mais que uma ferramenta, se torna um subsídio indispensável. Currículo não é apenas um documento que contemplam as disciplinas e sim toda a ação, todo o percurso percorrido por todos os envolvidos no sistema educacional, família, comunidade, professores, alunos, governo federal, governo estadual e também os representantes municipais, todas as pessoas envolvidas no processo educacional, de certa forma elabora, organiza e legitima. Todos os saberes e conhecimentos estão ligados a política



e a cultura, trabalhando o currículo, trabalha-se o saber do cotidiano onde se transforma em saber científico.

6.2- Fundamentação Teórica

Seguindo a teoria piagetiana, a construção do conhecimento ocorre mediante ações físicas ou mentais sobre objetos, resultando na construção de esquemas ou estruturas mentais que se modificam e se tornam cada vez mais refinados por processos sucessivos de assimilação e acomodação, desencadeados por situações desequilibradoras. As competências constituem-se, desta forma, na articulação e mobilização dos saberes por esses esquemas mentais, ao passo que as habilidades permitem que as competências sejam colocadas em ação.

A qualidade da escola deve se traduzir na melhoria do perfil de saída dos alunos, principalmente das escolas públicas. Mas qual seria esse perfil? Que tipo de aluno pretendemos formar?

A sociedade demanda hoje, um indivíduo mais autônomo, crítico e participativo, capaz de atuar com competência, dignidade e responsabilidade, atendendo as necessidades sociais, política, econômicas e culturais da realidade brasileira.

A escola que busca uma maior qualidade social, deve investir no trabalho coletivo e na formação continuada dos professores. Condição essencial para a análise e aquisição de novas práticas pedagógicas. Contudo não se pode esquecer que a qualidade do trabalho pedagógico, também passa pela valorização do magistério, em termos salariais. Sendo este, grave problema dos trabalhadores da educação obrigados a trabalhar em vários lugares, para obter uma remuneração satisfatória.

No centro de todo esse processo está o aluno, visando à qualidade de sua formação, faz-se necessário que a escola tenha um proposta educacional. Onde possam estar organizados, objetivos, conteúdos, critérios de avaliação etc., mediante discussão da comunidade escolar.



Tal proposta traz consigo, concepção de ensino e aprendizagem, que na história da educação brasileira, foram mescladas diante da influência dos movimentos internacionais, e das especificidades da história política, social e cultural.

Nesse contexto, a participação da sociedade em processos decisórios implica em transformações no âmbito educacional. Formas de ensino baseadas em acúmulo de informações e preparação para exames de ingresso à universidade ou em cursos profissionalizantes precisam ser superadas. Uma educação libertadora necessita romper com formas de ensino conteudistas que não levam em consideração as situações vivenciais dos educandos. Portanto, para que se tenha uma participação da sociedade em processos decisórios é preciso uma educação básica que prepare os sujeitos para tais processos, isso implica em investimentos especialmente na formação inicial e continuada de professores.

Compreendemos que a educação possui um papel de suma importância na formação de uma sociedade mais participativa. Entretanto, não podemos polarizar na educação toda responsabilidade, é preciso lembrar que as entidades governamentais e especialistas em ciência e tecnologia poderiam dar voz e atender os anseios da sociedade que sofre diretamente os impactos de decisões políticas e econômicas.

Para que ocorra uma mudança nessa direção seria importante gerar uma "cultura de participação" na sociedade. Por fim, salientamos que um trabalho educacional com pretensão de uma articulação entre o viés freireano precisa ser discutido e planejado no coletivo de forma a minimizar os efeitos da fragmentação no ensino escolar. Possibilitando não só a "problematização" de conhecimentos científicos, mas também de dimensões axiológicas do processo de ensino e aprendizagem.

A educação escolar é parte inteligente da sociedade, reflete as suas contradições. Trabalha em prol da população mais carente, visando à preparação do indivíduo para a vida sociopolítica e cultural, voltando-se para a emancipação do sujeito.



A esse respeito (SAVIANI, 1983: 33) afirma:

"Buscando de fato de todos, aquilo que a ideologia liberal proclama ser de direito de todos, contribuem para fazer predominar a nova formação social que está no seio da velha formação até agora dominante.

Na sua prática pedagógica a escola deve refletir pôr seu currículo de maneira concreta, associado a realidade socioeconômica e política de onde está inserida. E dos sujeitos que a compõem, alunos e professores.

A escola enfim, é lugar de realização do projeto educativo. Para tanto, o trabalho coletivo é condição sine qua nom para realizá-lo. Promovendo o crescimento e participação de todos, em relação à compreensão de mundo, homem, sociedade e escola.

É preciso um esforço conjunto da equipe escolar para repensar sua atuação, avaliar o trabalho realizado, conhecer sua realidade e pensar sobre o que pode ser feito para tornar a escola um espaço de cultura e formação de cidadãos.

O espaço da escola deve favorecer o diálogo, a comunicação entre todos os diferentes segmentos envolvidos no processo educativo. Assim vai se concretizando as novas relações de poder, de forma democrática, na dinâmica interna da escola.

Dessa forma, a escola dar um grande passo em direção a educação para a cidadania, preconizada na LDB/96 em seu artigo 32, que trata da formação básica:

- I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade,
- III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;



IV – O fortalecimento dos vínculos de famílias, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

É papel da escola preparar e instrumentalizar crianças, jovens e adultos para inserção na sociedade produtiva e democrática, com participação social ativa e eficiente. Através de um acompanhamento efetivo das atividades, e de sua avaliação, feita de maneira inclusiva, levando o aluno ao crescimento e construção do seu conhecimento acadêmico.

Refletindo a nossa escola, na construção de seu projeto político pedagógico, deparamo-nos com alguns pontos a aperfeiçoar, tais como: sua estrutura organizacional, currículo, tempo escolar, relações de trabalho, processo de decisão, avaliação e formação continuada.

*A reorganização da escola deverá ser buscada de dentro para fora. O fulcro para a realização dessa tarefa será o empenho coletivo na construção de um projeto político pedagógico, e isso, implica fazer rupturas com o existente para avançar". (VEIGA, 1995: 33).

7. MARCO OPERACIONAL

7.1. Gestão Democrática

As formas de conduzir as tomadas de decisões individuais e/ou coletivas resultaram em posturas diferenciadas na trajetória administrativa das instituições educacionais. Como decorrência desse processo, surgiu uma nova concepção de gestão: a gestão democrática.

A Constituição Federal vigente e a LDB, entre outros marcos legais, estabelecem que a gestão democrática deva orientar o processo de organização e de coordenação do trabalho pedagógico nas instituições públicas de educação, voltando-se para a garantia da qualidade social.



Do ponto de vista do desenvolvimento da gestão do ensino, o conceito está associado, segundo Lück (1997, p. 20), ao fortalecimento “[...] da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos”. Portanto, percebe-se que a gestão, com suas peculiaridades administrativas de direção e de organização, é uma tarefa que exige atitude de compartilhar ideias e esforços, em consonância com os objetivos almejados.

É necessário refletirmos sobre esta situação, a escola deve estar atenta às necessidades da sua comunidade. A gestão escolar é um dos pontos decisivos. Enquanto instituição a escola deve buscar a qualidade para atender à sua clientela. A busca dessa eficiência, passa pela maneira de como encaminha, seus problemas e suas decisões, em que postura político-pedagógica se insere seus dirigentes.

A esse respeito (PADILHA 1998:67) afirma que:

“...gestão democrática da escola passa resolver todos os problemas de um estabelecimento de ensino ou da educação. No entanto, sua implementação é, hoje, uma exigência da própria sociedade, que a vê como um dos possíveis para a democratização do poder na escola e na própria sociedade...”

7.2. Estrutura Curricular

(...) escola não é o lugar onde uma geração passa para outra um acervo de conhecimentos. (...) ela agora tem outro papel: é o espaço onde as relações humanas são moldadas. (...) Deve ser usada para aprimorar valores e atitudes, além de capacitar o indivíduo na busca de informações, onde quer que elas estejam, para usá-las no seu cotidiano. (Gentile e Bencini. 2000).

Nessa perspectiva propomos a nossa escola uma caminhada pedagógica voltada para a formação de seus educandos como seres que



tenham a capacidade de refletir e agir conscientemente em suas realidades. Numa concepção progressista, onde o educando enquanto sujeito da educação venha a ter clareza da sua atuação, do espaço que ocupa de suas possibilidades na sociedade compreendendo que é necessário criticar, experimentar o que existe além de suas ideias, pois a estrutura social é hierárquica e rígida, para assim poder lutar pela transformação e reconstrução desta sociedade tornando-a mais justa, renegando a aceitação de uma sociedade objeto, marcado por processos culturais alienantes, onde o homem é incapaz de agir como objeto ativo da história. Desenvolvendo assim, suas competências, habilidades e atitudes: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser numa política pedagógica satisfatória a nossa realidade.

Apesar de conscientizar e sensibilizar os professores das mudanças educacionais, outros problemas sociais como: condições socioeconômicas, alunos fora da faixa etária, cansaço físico-mental (noturno), difícil acesso (Zona rural), contribuem para evasão e repetência.

A escola vê avanços no trabalho com projetos interdisciplinares, os quais, contribuem para formação de competências e habilidades dos educandos. A entidade se propõe a atuar nas áreas pedagógicas, esportivas, cultural, artística e da saúde um sistema de apoio sócio educativo. O desenvolvimento das atividades e a organização do trabalho em geral são definidos a partir dos interesses de cada área do conhecimento.

- 1- o Ensino Fundamental e Médio, sensibilização e incentivo para construção do conhecimento das competências e habilidades no processo educativo.
- 2- de esporte, com a formação de grupos artísticos chegada, teatro, dança, competições de futsal, handebol, voleibol, futebol de campo, incentivando a socialização e o aprimoramento da saúde mental e física,
- 3- de atividades artísticas, banda fanfarra, danças folclóricas (quadrilha, coco de roda, chegada), favorecendo a valorização da cultura e da auto estima.
- 4- da saúde, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, orientada pela professora da área de ciências da natureza, como tema transversal, orientação sexual de acordo com os PCNs.



O educando enquanto está na situação de escolarização, tem experiências muito diversas: aprendem conhecimentos, habilidades, comportamentos diversos, a sentir, a se adaptar e sobreviver, a pensar e a valorizar, a respeitar o ambiente escolar e social no qual está inserido.

Diante deste cenário, a escola vem aprimorando e adaptando-se aos paradigmas na organização curricular, seguindo a base nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º. Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º. O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º. A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

§ 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º. Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:



- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;
- IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§ 3º. Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.*



Em 2011, mediante o Parecer nº 05/2011 do Conselho Nacional de Educação, são instituídas as novas Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), conforme Resolução nº 2, de 30/01/2012, desse mesmo conselho. As DCNEM, ao mesmo tempo em que reavaliam e revisam as Diretrizes de 1998, trazem determinações coerentes com as mudanças na legislação e com as alterações da própria organização da sociedade brasileira.

O Parecer nº 05/2011 aponta detalhadamente vários elementos para a reflexão acerca do contexto, finalidades e dificuldades do Ensino Médio no Brasil, etapa de ensino que, a partir das DCNEM, se define como etapa final do processo de escolarização básica obrigatória, conforme determina a Emenda Constitucional nº 19.

A seguir, destacamos em linhas gerais, as principais orientações presentes nas DCNEM relativamente à organização do currículo e do trabalho pedagógico.

O eixo Integrador do currículo do Ensino Médio é formado pelas dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, que se constituem como essenciais à formação humana e para a oferta de um Ensino Médio de qualidade social. Essas dimensões não podem ser 'trabalhadas' ou mesmo 'entendidas' de forma fragmentada, mas sim inter-relacionada. Nesse sentido, faz-se necessário conceituar o significado de cada uma das dimensões para depois compreendê-las em um processo de integração:

- Trabalho: o trabalho é entendido como ação humana transformadora da realidade e como "realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção de sua existência" (BRASIL, 2011, p. 19). Dessa forma, o trabalho enquanto ação de um processo de transformação "produz conhecimentos que, sistematizados sob o crivo social e por um processo histórico, constitui a ciência" (BRASIL, 2011, p. 19).

- Ciência: a ciência pode ser entendida então, como: um conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. (...) Nesse sentido, a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade



permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento 17 permanente de construção de novos conhecimentos (BRASIL, 2011, p. 19-20).

- **Tecnologia:** relacionando então o trabalho à ciência, o conceito de tecnologia pode ser definido como a "transformação da ciência em força produtiva". Nesse pressuposto, a tecnologia faz parte das capacidades humanas, ou seja, a tecnologia é a "mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real)" (BRASIL, 2011, p. 20).

- **Cultura:** buscando o conceito de cultura, temos a partir da definição de que cultura se constitui em um "sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade". Ainda sobre o conceito de cultura, o Parecer nº 05/2011 CNE, complementa o exposto acima, afirmando que a cultura deve ser entendida "como articulação entre o conjunto de representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma população determinada" (BRASIL, 2011, p. 20). Portanto, as dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura se constituem como eixo integrador do currículo do Ensino Médio, justamente por possibilitar à escola o "diálogo permanente com a necessidade de compreensão de que estes campos não se produzem independentemente da sociedade, e possuem a marca da sua condição histórico-cultural" (BRASIL, 2011, p. 20).



A partir do conceito de currículo da LDB e DCENEM a organização do conhecimento no currículo e expressa os fundamentos conceituais, avaliativos e metodológicos de cada uma das disciplinas da Matriz Curricular, por etapa e modalidade de ensino. O professor elabora Plano de Trabalho no qual representa a concretização da proposta de ensino-aprendizagem, trazendo consigo as concepções e decisões tomadas coletivamente e expressas na efetiva prática educativa.

É o planejamento a curto prazo, em que a ação pedagógica se materializa, cumprindo-se a função social da escola. É, em última instância, a aula do professor. É o tempo e o lugar do ensino e da aprendizagem. É a relação entre o aluno e o conhecimento, mediada pelo professor, pela sua ação educativa planejada com objetivos previamente definidos.

7.3- Procedimentos Metodológicos

A responsabilidade das instituições de Educação no que diz respeito à elaboração dos currículos com base na inclusão de novas formas de organização do trabalho educativo; na incorporação dos conhecimentos construídos na prática e na utilização de metodologias que propiciem o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas, comunicar ideias, tomar decisões, ter iniciativa, ser criativo e ético.

Os Referenciais Curriculares Nacionais elaborados pelo MEC em 2000 ressaltam as condições de alocar esses saberes em ações próprias de um contexto profissional específico, o que pressupõe esquemas mentais flexíveis e, portanto, o desenvolvimento de processos cognitivos complexos tais como: análises, sínteses, inferências, generalizações, analogias, associações, transferências, entre outros, através de seminários, workshop, mesa redonda, portfólios, pesquisas, simpósios e outros.

Na tentativa de atender aos interesses do processo ensino aprendizagem, a coordenação pedagógica com apoio da direção, tem sistematizado encontros mensais com os professores de ciências da natureza,



matemática, ciências humanas e suas tecnologias, linguagens, códigos e suas técnicas. Acreditamos que a partir da reflexão coletiva de todos envolvidos com a prática pedagógica e a organização da mesma, chegaremos ao processo ensino aprendizagem de qualidade na instituição.

Nesses encontros, procuramos analisar o dia-a-dia da sala de aula, procedimentos didáticos e sustentação teórica através de leituras e discussões que nos auxiliam a nossa reflexão sobre a prática pedagógica. A partir daí as ações são reformuladas tendo em vista os propósitos da escola definidos no plano de ações nas atividades didáticas.

De acordo com o calendário letivo, a coordenação pedagógica programa e convoca o conselho escolar, professores e representante de alunos para socializar e avaliar os avanços e as dificuldades em torno do processo de ensino e aprendizagem desenvolvidos durante o período bimestral.

Desta forma, consideramos imprescindível a presença da família na escola, pois apesar do nível de letramento dessa comunidade a insistência em promover encontros para compartilhar com eles ideias, preocupações, decisões e conquistas se faz necessário. Utilizamos diferentes estratégias para que a comunidade se envolva, e que de certa forma, sinta-se valorizada e capaz de perceber a importância e a responsabilidade do seu papel no processo de ensino-aprendizagem de seus filhos.

Quando planejamos desenvolvemos a nossa capacidade de reflexão. Neste aspecto o planejamento se torna uma ferramenta indispensável para a educação, uma vez que através da elaboração e organização do pensamento, se tem condições de encontrar caminhos para superar as dificuldades enfrentadas por todos os que almejam uma educação de qualidade, voltada para o crescimento integral e uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

O planejamento educacional deve estar inserido numa perspectiva humana sem perder de vista as transformações que a sociedade está passando. Planejar o processo educativo é reconhecer que a ação do educador não pode ser improvisada. O planejamento é o instrumento básico de todo o processo educativo, que nos



indicar a direção a seguir partindo da realidade, "portanto, é necessário planejar o processo educativo para que o homem não se limite, mas, se liberte numa perspectiva dinâmica de ser para a vida". (MENEGOLLA&SANTANA,1994:89).

Neste contexto, a educação, o ensino são meios que se propõe ajudar o homem enfrentar a sua problemática existencial para que tenha condições de pensar e de viver melhor. A escola é o meio que o homem tem para realizar o seu projeto de vida.

7.4. Organização das Atividades Pedagógicas

As atividades pedagógicas são organizadas no início do ano letivo com a semana pedagógica, onde se discute, quais os projetos que a escola vai adotar para todo o ano. É elaborado um cronograma das atividades e dos projetos pedagógicos a serem desenvolvidos. Em seguida os professores se organizam por área de conhecimento e de acordo com o referencial curricular elaboram o planejamento de ensino. O articulador pedagógico juntamente com o coordenador pedagógico analisa todo o planejamento e observam a ideologia, habilidades e competências que serão alcançadas através deste. Visando à adequação das turmas e aprendizagem dos alunos.

As turmas são organizadas levando em conta o nível de escolarização e idade dos alunos. Temos dois 8^º e dois 9^º anos ensino fundamental matutino, no ensino médio regular temos 9 primeiros anos, 4 no turno matutino, 3 Vespertinos e 2 noturnos. Sete segundos anos 3 Matutinos,3 vespertinos e 2 noturnos ,4 terceiros anos 1 matutino,1 vespertino e 2 noturnos e EJA médio um primeiro período, um segundo período, um terceiro período e quarto período, todos no turno noturno.

As salas têm o número de alunos exigido na Resolução 51/2002 de acordo com a matrícula, visando um melhor aproveitamento do trabalho de ensino-aprendizagem nas turmas.



No turno matutino os alunos têm em média de 13 a 18 anos. No turno vespertino têm idade entre 15 e 20 anos. No turno noturno têm idade entre 16 a 50 anos.

A matrícula segue as exigências legais de preenchimento de requerimento, documento de identificação e assinatura do responsável.

✓ Princípios educacionais que fundamentam o trabalho pedagógico:

O aluno constrói seu conhecimento, a construção do conhecimento ocorre na interação com o outro, a aprendizagem é mediada sendo o professor o mediador entre o que o aluno sabe e o que ele quer aprender, entre a competência atual e a nova que irá adquirir.

Aprender a aprender: não é suficiente saber alguma. É preciso continuar aprendendo ao longo da vida, isto é construir sempre novos conhecimentos a partir do que se sabe. Logo o desafio da escola não é transmitir conhecimento, mas ensinar a construí-lo.

Aprender a fazer: não compreendida apenas como colocar em prática habilidades desenvolvidas na escola no exercício do trabalho, mas na vida como um todo, nesse pilar enfatizamos a importância do conhecimento enquanto ferramenta a ser utilizada pelo educando na resolução de problemas do cotidiano, seja no mundo do trabalho, da família ou da comunidade. O aprender a fazer está intrinsecamente relacionado ao aprender a aprender, pois, a prática do fazer gera desafios, que para serem superados necessita de novas aprendizagens, daí a importância da autonomia do educando e do papel mediador do educador.

Aprender a conviver: Não apenas numa perspectiva global, compreendendo que interdependência entre as nações é cada vez maior, mas a partir do nosso espaço de convivência escolar, de maneira que os atores do processo ,educandos, educadores, pais, equipe pedagógica e administrativa, apoio



administrativo, aprendam a viver conjuntamente, uns contribuindo com o desenvolvimento dos outros, respeitando suas crenças e valorizando o lugar que ocupam na concretização das finalidades da escola, enquanto instância de desenvolvimento de uma educação que visa humanização.

Aprender a ser: Entendemos esse como o grande desafio da educação. Formar a pessoa inteira, como indivíduo e ser social. Com responsabilidade ética e compromisso político com seus semelhantes. Compreendemos que hoje se exige de cada pessoa uma grande capacidade de discernimento e autonomia que a torne capaz de passar da responsabilidade pessoal à responsabilidade do destino coletivo. Aprender a ser implica, para cada um, ir atrás das possibilidades que tem em todo seu ser, em vista de um desenvolvimento pessoal, do raciocínio, da imaginação, da criatividade, do sentido de estética, da sensibilidade, das capacidades físicas, de expressão e comunicação. Nesse sentido cabe à escola desenvolver e estimular essas habilidades nos educandos sejam eles crianças, jovens ou adultos.

No intuito de formar um cidadão global e múltiplo, são utilizados projetos educacionais com temas diversos de forma inter e transdisciplinar, gincanas culturais, dramatizações, jogos esportivos, feiras culturais, Exporfísica, Literarte. A escola possui um acervo de material didático pedagógico que possibilita um bom trabalho com: Dvd's educativos, uma biblioteca, jogos pedagógicos da área das ciências exatas e naturais, um laboratório completo de ciências, material esportivo (variado); além de um rico acervo cartográfico e revistas pedagógicas.

Os alunos permanecem na escola, durante quatro horas no diurno e três no noturno, dedicadas ao processo ensino-aprendizagem. Os alunos do ensino fundamental 8º e 9º anos são contemplados com aulas de judô, violão, violino e informática com o recurso FNDE/Mais Educação. As aulas acontecem no contra turno, no intuito de oferta da educação integral. Os alunos têm seu horário regular e no contraturno realizam, com orientação dos monitores atividades diversificadas.



7.5- Recursos Humanos

Os quadros de funcionários que seguem dizem respeito ao biênio 2016/2017.

QUADRO DE PROFESSORES EFETIVOS			
Nome	Cargo	Função*	CH/SE E
Silvânia F. dos Santos	Professora	Diretora Geral	40
Verineide Porto B. dos Santos	Professora	Diretora Ad.	40
Andre Oliveira dos Santos	Professor	Diretor Ad.	20
Rosângela Ferreira da Silva	Orientador Ped.	Artic. Pedag.	40
Edna Maria Bezerra da Cunha	Prof	Prof.	20
Edvânia Ramalho da Silva	Prof.	Prof	40
Ana Daniela Martins Silva	Professora	Prof	20
Ivirlândia Carine dos Santos	Profª	Prof.	20
Lucidivan Batista da Silva	Professora	Prof	20
Lucidivan Batista da Silva	Professora	Prof	20
Antonio Valdir Oliveira Santos	Professor	Prof	40
Elkley Ormes Marta	Professor	Professor	40
Ederaldo Jerônimo da Silva	Professor	Professor	40
Bruna Michella T da Rocha Azevedo	professor	professor	20
Kedna Cristina da Silva Pereira	professor	Professor	20
Julio Cesar Oliveira de souza	Professor	Professor	20
Rafael Moura de Miranda	Professor	Professor	16
Rosângela Firmino Ferreira	PROFESSOR	Professor	20
Cicera Izabel dos Santos	Professor	Prof.	20
Roberta de Oliveira Silva	Professora	Prof.	40
Kicianne Karine Alves Couto	Professor	Coord.	20
Mônica Carine Alves da Silva	Professor	Prof.	20
Romero Farias França	Professor	Professor	40



QUADRO DE FUNCIONÁRIOS				
Matricula(s)	Nome	Cargo	Função*	CH/SE/E
9.865.871-9	Tiago Cruz Araújo	Secretário	secret	40
0826130-82.360	Washington Moisés da Silva	Agente Adm.	ag. Adm	30
82.6172-5	Rosineide de Barros Oliveira	Serviços diversos	serv.div	30
82.6013-3	Ivanilza Gomes de Almeida	Merendeira	merendeira	30
33.389-1	Margarete Correia Alves	Merendeira	merendeira	30
82.4911-3	Leila Alves da Silva	Serviços Diversos	serv. Div	30
82446-0	Alessandra Maria dos Stos.	Serviços diversos	ser. Div	30
38.134-9	Edilene Menezes da Silva	Merendeira	merendeira	30
48.497-0	Cristiana Vieira de Souza	Agente Adm.	ag. Adm	30
82.379-1	Maria José Bernardino de Sena	Serviços Diversos	serv. Div	30
82469-4	JOSÉ PETRUCIO ALVES	VIGIA	VIGIA	30

QUADRO DE PROFESSORES MONITORES					
MONITOR	GRAU DE INSTRUÇÃO	MODALIDADE ANOS INICIAIS ENS. FUND. ENS. MÉDIO	EDITAL/SELEÇÃO	DISCIPLINA /CARGO	CH
ROSINEIRY LOPES SANTOS CAVALCANTE	SUP COMP	ENS.MÉDIO	2015	QUÍMICA	32
GISENE ABGAIL SILVA MIRANDA VIEIRA	SUP COMP	FUND/MED	2015	MATEMÁTICA	36
HÉLIO OLIVEIRA DA SILVA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	PORTUGUES	14
ALINE MARIA ALVES GOMES	SUP COMP	ENS.MÉDIO,	2015	LÍNGUA PORTUGUESA	26
WALISSON DE BARROS MENDONÇA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2014	MATEMÁTICA	08
REIVANÍDIA MARIA DO LIVRAMENTO	SUP COMP.	FUND/MED	2015	ARTES	22
DENNIS DA SILVA HERCULANO	SUP COMP	ENS MÉDIO	2014	MATEMÁTICA	20
MONITOR	GRAU DE INSTRUÇÃO	MODALIDADE ANOS INICIAIS ENS. FUND. ENS. MÉDIO	EDITAL/SELEÇÃO	DISCIPLINA /CARGO	CH
JOSÉ BONNYEK PORTO BARBOSA DOS SANTOS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	BIOLOGIA	08



				QUÍMICA	
				QUÍMICA	
				QUÍMICA	
RIVELINO FERREIRA TAVARES	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	BIOLOGIA	12
				CIÊNCIAS	
LUIZ CARLOS MIRANDA DE BARROS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	HISTÓRIA	18
ELZA FERREIRA BARROS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	INGLÊS	11
WIDJANE DA SILVA OMENA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	FÍSICA	28
ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	MATEMÁTICA	08
				FÍSICA	10
RICARDO GONZAGA DE OLIVEIRA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	FÍSICA	08
CLAUDINE SILVA DOS SANTOS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	GEOGRAFIA	14
VALDERI FÉLIX DA SILVA	SUP COMP	FUND	2015	CIÊNCIAS	08
FRANKLIN GUSTAVO DOS SANTOS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	PORTUGUÊS	04
MONITOR	GRAU DE INSTRUÇÃO	MODALIDADE: ANOS INICIAIS ENS. FUND. ENS. MÉDIO	EDITAL/ SELEÇÃO	DISCIPLINA /CARGO	CH
JOSÉ AILTON FÉLIX DA SILVA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	FILOSOFIA	14
				ENS. RELIGIOSO	
LUCIANO GOMES DE LIMA(**)	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	QUÍMICA	04
				BIOLOGIA	
JOÃO CORREIA DE MEDEIROS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	GEOGRAFIA	28
MARIA EDNADIA ROMÃO DE VASCONCELOS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	PORTUGUÊS	13
LIDIANE DE MELO FIRMINO SANTOS	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	HISTÓRIA	04
				ARTE	
ALEX AUGUSTO SANTOS DA SILVA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	PORTUGUÊS	15
				PORTUGUÊS	
				INGLÊS	
RIANE RANIELLE PADELHA DA SILVA SOUZA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	PORTUGUÊS	08
OTÍLIA VIRGÍNIA DE OLIVEIRA SALVINO NETA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	INGLÊS	05
NIELSON RIBEIRO	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	ED. FÍSICA	14
ROSÂNGELA FIRMINO FERREIRA	SUP COMP	ENS MÉDIO	2015	SOCIOLOGIA	15

7.6- Recursos Materiais

A mobília da escola foi adquirida com recursos do PDDE, PDE, PROJETO ALVORADA e SEDUC, alguns estão precisando de reforma.

Equipamentos por ambiente

Salas de Aula (12)

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	TOTAL	DESTINAÇÃO
Bancas	40	480	Bancas, cadeiras, quadro de acrílico branco para acomodação e realização de aulas.
Cadeiras fixas	40	480	
Birô	01	12	
Ventilador	01	11	
Condicionador de ar	01	01	
Quadro de acrílico branco	01	12	

Laboratório de Ciências/Robótica e Matemática

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
		Equipamentos e mobiliário destinado a realização de experimentos científicos.



Laboratório de Informática (01):

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Microcomputador	21	Microcomputadores destinados às aulas práticas, cadeiras fixas para os alunos e professor, condicionador de ar para refrigeração da sala, quadro branco para realização das atividades curriculares, birô para utilização do professor, armário para condicionamento de material didático, TV como ferramenta de exibição.
Cadeira fixa	21	
Condicionador de ar	1	
Quadro de acrílico branco	1	
Servidor de Rede	1	
TV 50"	1	
Birô	1	
Armário de madeira	1	
Bancada em granito	1	

Auditório com capacidade para 135 pessoas (01):

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Condicionador de ar	03	Cadeiras para o público, condicionador de ar para refrigeração do ambiente, poltronas e mesa para formação de mesa no auditório, projetor e telão para apresentação de palestras e trabalhos. Microfone e caixas para amplificação do som.
Mesa retangular	01	
Projetor multimídia	01	
Microfone de mão com fio	01	
Microfone de mão sem fio	01	



Cadeira digitador estofada com braço	50	
Telão	01	
Conjunto com 3 cadeiras juntas, fixas e com braços	16	
Caixa de Som	02	
Suporte para caixa de som	02	

Biblioteca:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Cadeira fixa	06	Ambiente equipado para realização de pesquisas.
Microcomputador	01	
Birô	01	
Estante	01	
Armário em madeira	01	
Mesa Redonda	01	
Banca	01	
Ventilador	01	

Sala para Diretoria:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Birô	2	A viabilidade e funcionalidade e dinamicidade do trabalho da
Gaveteiro em madeira	3	



Armário alto em madeira	1	diretoria na prática dos atos de gestão. Atendimento ao público interno e externo.
Armário alto em aço	1	
Armário médio em madeira	1	
Balcão em madeira	1	
Not book	1	
Mesa para impressora	1	
Máquina copiadora	1	
Plancha	1	
Projeto multimídia	4	
Aparelho de som	1	
Monitor 14"		

Sala dos Professores:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Mesa de reunião oval	01	Equipamentos destinados para estudos, debates, pesquisa, registro de aulas, frequência e aproveitamento escolar.
Cadeira fixa	07	
TV 42"	01	
Sofá de 3 lugares	01	
Sofá de 2 lugares	01	Sala destinada para favorecer o encontro de pessoas e ideias, através de um ambiente adequado, estimulando o trabalho em equipe.
Armário em aço	03	
Condicionador de ar	01	
Micro-ondas	01	
Gela Agua	01	



Coordenação Pedagógica:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Birô	01	Equipamentos destinados para estudos, debates, pesquisa, registro, elaboração de projetos, desenvolvimento de capacitações de acordo com as reais necessidades do corpo técnico e pedagógico e para monitoramento do projeto político pedagógico da Escola. Sala destinada para favorecer o aprimoramento técnico dos envolvidos no processo com vista a empreender com competência os desafios de fazer educação.
Microcomputador	01	
Cadeira digitador estofada com base giratória sem braço	01	
Mesa redonda	06	
Cadeira fixa	04	
Armário em aço	02	
Estante em aço	02	

Secretaria para atendimento das demandas (01):

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Cadeira digitador estofada com base giratória sem braço	1	Equipamentos destinados para atender as demandas de alunos, professores e comunidade. Cadeira para a secretária, condicionador de ar para refrigeração do ambiente, armário para arquivo de documentos, computador, impressora, copiadora para necessidades da escola na parte administrativa e pedagógica..
Condicionador de ar	1	
Microcomputador	2	
Gaveteiro em madeira	02	
Armário alto de chão em aço	02	
Birô	03	
Impressora laser	01	
Balcão	01	



Plancha	1	
---------	---	--

Refeitório (01):

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Bebedouro	01	Espaço flexível, prático e acessível para as refeições, quanto nas pausas para alimentação que ocorrem durante o dia de estudo.
Cadeiras 7/8	60	
Mesas Retangulares	09	

Cozinha /Cantina (01):

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	DESTINAÇÃO
Fogão Industrial	01	Praticidade no preparo, manuseio e higienização de alimentos.
Botijão de gás de cozinha	01	
Armário de parede em madeira com 03 portas	01	
Geladeira	02	
Freezer	03	
Liquidificador	01	
Mesa redonda em madeira	01	
Cadeira fixa	03	
Gaveteiro em aço	01	



7.6- Recursos Financeiros

A escola recebe recursos financeiros do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (caixa escolar), enviado para o Ensino Fundamental, baseado no número de alunos existentes na escola. PDE (Plano de Desenvolvimento na Escola), elaborado de acordo com a realidade, n.º. de alunos, para organização da melhoria do desempenho acadêmico do aluno evitando a evasão e a repetência. Temos os programas Mais Educação/FNDE recurso usado no ensino fundamental com aulas de Judô, Violão, Informática e Violino e orientação em Língua Portuguesa e Matemática

Escola da Hora, recurso Estadual utilizado para manutenção do prédio escolar, Escola Web recurso usado na Tecnologia de Informação.

Através desses investimentos, a escola prioriza-se na formação continuada dos professores, na organização administrativa, recursos didáticos, culturais e projetos didáticos. São gerenciados pelo conselho escolar, caixa escolar e a comunidade escolar.

A prestação de conta, acontece quadrimestralmente enviada para o setor de conta da Secretaria de Educação pela diretoria do Conselho Escolar.

7.8- INFRAESTRUTURA

A estrutura física , contribui de maneira enfática para o sucesso das atividades propostas e do conforto de seus estudantes e profissionais, atendendo ainda as exigências legais, encontra-se preparado para receber alunos, professores e/ou funcionários com deficiência física ou mobilidade reduzida.

A referida escola está construída em sua totalidade numa área de ², assim distribuídos:

- Área construída:



- **Área coberta:**

O AMBIENTE ADMINISTRATIVO CONSTA DE:

- Um Auditório com 162,40 m², espaço reservado para realização de eventos, capaz de reunir um público de 150 pessoas;
- Uma Secretaria capaz de atender a demanda quer de alunos, quer de professores ou da comunidade com 30,63m² contendo uma sala arquivo de 3,20 m²;
- Uma Sala para Diretoria, ambiente organizado com equipamentos adequados, que viabilizam a funcionalidade e a dinamicidade do trabalho da Diretoria e setores afins, no sentido de encaminhar na prática os atos de gestão e a execução de atividades pertinentes à formulação, execução e monitoramento da política educacional e administrativa, na tomada de decisões referentes à escola dando atendimento ao público interno e externo de maneira organizada e receptiva a área é de 19,25 m².

O AMBIENTE PEDAGÓGICO:

- A escola possui 12 salas de aula, em bom estado de conservação numa área total de 692,80 m² de área e capacidade para 36 mesas com cadeiras e um birô;
- Uma sala para professores 27,00 m², para favorecer as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades técnico-pedagógicas, direcionadas para a implementação do planejamento do processo ensino e aprendizagem, a elaboração de projetos pedagógicos. Será também local de estudos, debates pesquisas, registro de aulas, de frequência e aproveitamento escolar, entre outros, possibilitando o desempenho satisfatório das atividades docentes e discentes;



- Um Laboratório de Informática com ...196,80 m², equipado objetivando apoiar o processo de ensino e aprendizagem, com a capacidade para 21 computadores.
- Uma Biblioteca, para apoiar o processo ensino e aprendizagem estimulando o estudo e a pesquisa dos alunos e para aperfeiçoamento dos professores com uma área total de 17,20 m²
- Cozinha/Cantina com 14,25 m², destinada ao preparo e higienização de alimentos, além de uma despensa com 7,25 m² para organização de materiais de limpeza e uma área de serviço com 15,76 m² destinada a higienização e um depósito para armazenamento de materiais diversos;
- Praça de Alimentação com uma área de 75,63m² com capacidade para 09 mesas de 08 cadeiras destinadas ao conforto nos momentos de refeição dos alunos;
- Quadra Poliesportiva com 450,00 m² para realização de atividades físicas e eventos educacionais.

7.9- Avaliação de Aprendizagem

A proposta que vem sendo desenvolvida na escola, tem como fundamentação teórica os princípios norteadores que adotam as linhas cognitivas.

Nesta proposta a escola tem procurado adequar-se a um sistema de avaliação qualitativo, procurando desenvolver uma prática em que haja valorização de todas as situações de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem auxilia a prática docente e deve ocorrer de forma contínua como apropriação, construção e reconstrução da ação educativa. A avaliação deve ser Formativa, Mediadora, Participativa, Emancipatória, Inclusiva e Democrática, norteada pela Proposta Pedagógica da Escola, proporcionando informações necessárias para as devidas intervenções e reflexões sobre os dados identificados sem, no entanto, considerá-los conclusivos e sim processuais.



A verificação do desempenho escolar, nas etapas e modalidades de ensino da Educação Básica na Rede Estadual, ocorrerá de forma contínua e processual no desenvolvimento das atividades ou trabalhos realizados durante o período/ano letivo. Compreende-se como verificação contínua e processual, a prática de avaliar a aprendizagem ao longo do desenvolvimento das atividades realizadas em sala de aula, acompanhar a construção do conhecimento, identificar eventuais problemas e dificuldades de modo a subsidiar a prática pedagógica.

A verificação do desempenho escolar contemplará os aspectos qualitativos sobre os quantitativos da aprendizagem do educando, considerando a sua realidade sócio-histórico-cultural, a partir das atitudes, competências e habilidades que compõem as etapas e modalidades da Educação Básica, conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

O processo de verificação do rendimento escolar dar-se-á de forma diferenciada, observando as seguintes especificidades das etapas da Educação Básica: a, observando as seguintes especificidades das etapas da Educação Básica:

- ✓ No Ensino Fundamental - dar-se-á por atitudes, competências e habilidades básicas, organizadas em eixos de cada componente curricular e por área de conhecimento, objetivando a formação básica do cidadão, considerando as diversidades e especificidades da identidade e da territorialidade dos educandos;
- ✓ No Ensino Médio - dar-se-á por atitudes, competências e habilidades básicas organizadas em eixos de cada componente curricular e por área de conhecimento, objetivando a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos.



O processo de verificação do rendimento escolar dar-se-á de forma diferenciada, observando as especificidades e diversidades presentes no contexto das modalidades das etapas da Educação Básica:

- ✓ Educação de Jovens e Adultos - dar-se-á por atitudes, competências e habilidades básicas em cada componente curricular, organizados por área de conhecimento, objetivando a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos da respectiva etapa da Educação Básica, considerando os historicamente construídos.

- ✓ Educação Especial - dar-se-á mediante a avaliação pedagógica como processo dinâmico, em que prevaleçam os aspectos qualitativos e que indiquem as intervenções pedagógicas, possibilitando ao(a) professor(a) criar estratégias considerando as necessidades específicas dos(as) estudantes com deficiência/s, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tais como ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da Língua de Sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana, sendo avaliados nas competências necessárias a sua inclusão social de acordo com o parecer descritivo específico para o público da Educação Especial.

- ✓ Educação Profissional Tecnológica de Nível Médio – por competências e habilidades profissionais necessárias ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio históricos e culturais e no Curso Normal por competências e habilidades básicas de cada área de conhecimento, organizadas por eixos temáticos.

Os instrumentos avaliativos e as estratégias de avaliação são meios pelos quais o professor realiza a avaliação através da coleta e análise de dados no



processo de ensino-aprendizagem, que permitam ao(a) professor(a) identificar dificuldades e avanços, subsidiando o planejamento e a prática pedagógica. Serão organizados e distribuídos em 4 bimestres para as etapas organizadas em séries anuais ou em 2 bimestres para as etapas organizadas em períodos semestrais.

A escolha dos instrumentos e estratégias de avaliação deve estar de acordo com a finalidade e limitação que cada instrumento comporta, portanto, se faz necessário utilizar instrumentos diversos e adequados que contribuam no processo de aprendizagem. O educador deverá utilizar, no mínimo, dois instrumentos avaliativos sem repetição ao longo do bimestre.

São sugestões de instrumentos avaliativos:

- Observação;
- Pesquisa;
- Debate;
- Painel;
- Seminário;
- Autoavaliação;
- Prova;
- Portfólio/Dossiê.

Ata do Conselho de Classe deve conter a decisão do Conselho de Classe no que se refere à avaliação dos alunos e autoavaliação das práticas pedagógicas, contendo o diagnóstico das dificuldades dos alunos, e apontando as mudanças necessárias nos encaminhamentos pedagógicos para superar tais dificuldades.

O processo de obtenção dos resultados dar-se-á, bimestralmente, sendo: a) Em 4(quatro) bimestres, para as etapas organizadas em séries anuais; b) Em 2(dois) bimestres, para as etapas organizadas em períodos semestrais.



O registro do desempenho do estudante ocorrerá bimestralmente, de forma cumulativa através do somatório dos pontos obtidos nos instrumentos avaliativos com escala de 0(zero) a 10(dez) pontos

.A aprovação final se dará pela obtenção de média igual ou superior a 6,0(seis), sendo admitida a pontuação com uma casa decimal e o arredondamento apenas nas casas decimais de um dígito, desde que a casa dos centésimos seja igual ou superior a 5(cinco).

Em todas as etapas será exigida a frequência mínima igual ou superior a 75% do total da carga horária anual, processo de obtenção das médias anuais/períodos dar-se-á com:

- Média Anual (MA) - $MA = RA/4$ onde RA é o resultado anual, é a média aritmética das notas bimestrais por componente curricular nas etapas organizadas em séries anuais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- Média do Período (MP) - $MP = RP/2$, onde RP é o resultado do período, é a média aritmética das notas bimestrais por componente curricular nas etapas organizadas em períodos semestrais (Educação de Jovens e Adultos) do Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- Média Final (MF) - será igual à média anual/período quando esta for igual ou superior a 6,0(seis) pontos. Caso o(a) estudante seja submetido à prova final, deverá ser aplicada a média ponderada:

a) Cálculo para as séries anuais: $MF = (MA \times 4) + (PF \times 3) / 7$

b) Cálculo para os períodos semestrais (EJA): $MF = (MP \times 4) + (PF \times 3) / 7$ IV - Média Global - média aritmética das médias finais por componente curricular na conclusão da primeira e segunda fase da alfabetização e letramento do ensino fundamental anos iniciais e na modalidade EJA.

Em casos de estudantes transferidos, egressos de instituições de ensino durante ano/período letivo em curso, com sistemática de avaliação diversa.



A forma de registro de resultados será diferenciada nos casos específicos abaixo:

- Na Educação Especial, o registro da aprendizagem ocorrerá por meio de Parecer Descritivo, em casos específicos que comprometam o desenvolvimento cognitivo, analisados pelo Conselho de Classe, de acordo com as especificidades e/ou aspectos impostos pela deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.
- Turmas de Progressão - o registro do processo de aprendizagem correspondente aos desempenhos construídos pelos estudantes em processo de correção de fluxo, nos diversos componentes curriculares e suas respectivas áreas de conhecimento, deverá ser realizado por meio de Ficha Descritiva e Parecer Descritivo.

7.9.1 - PROMOÇÃO

A promoção do educando se dará por classificação, procedimento que permite posicioná-lo no ano/série/período, considera-se o nível de desenvolvimento cognitivo, a frequência e o rendimento escolar, obtidos ao longo do ano/período letivo, conforme sua documentação escolar até a conclusão da Educação Básica. Na ausência de documentação de comprovação de escolaridade, o educando, após avaliação realizada pela banca avaliadora da escola, será posicionado no ano/série/período compatível com sua experiência, desenvolvimento e idade.

A promoção será também por reclassificação, procedimento que permite reposicionar o educando em ano/série/período compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, mediante a avaliação realizada por banca avaliadora da escola.



A promoção será ainda por progressão continuada, desenvolvida ao longo do tempo letivo sem interrupção, de forma gradativa, no 1º, 2º e 4º ano do Ensino Fundamental e nos períodos correspondentes de EJA. Ainda que o educando das etapas supracitadas não demonstre as aprendizagens mínimas esperadas mas tenha obtido a frequência mínima exigida de 75% da carga horária anual, prosseguirá para o ano seguinte, mediante a elaboração e acompanhamento de um plano didático pedagógico que deverá levar em consideração o caminho percorrido por este.

A progressão parcial, possibilita ao educando outras alternativas para sua promoção por meio de estudos paralelos na série/ano/período subsequente. É uma intervenção na ação pedagógica da unidade escolar para manutenção do fluxo. Ocorrerá nos anos finais do Ensino Fundamental conforme Resolução CEB/CEE/AL Nº 08/2007 e do Ensino Médio conforme o Parecer CEB/CEE Nº 236/2013 e nos períodos correspondentes da EJA, com exceção do último período/série da Educação Básica.

Para o educando da educação Especial, nos casos em que não obtiver rendimento para a promoção, o Conselho de Classe analisará cada caso e emitirá Parecer Descritivo, considerando:

- A idade, evitando gerar ou aumentar a distorção idade/escolaridade;
- As experiências sociais vivenciadas;
- O desenvolvimento individual ocorrido durante o ano letivo.

Os estudantes da educação especial deverão ser avaliados prioritariamente de forma qualitativa de modo que a ênfase não deva estar nos aspectos cognitivos, mas nas competências necessárias a sua inclusão social, mesmo que as aprendizagens básicas para a série seguinte não tenham sido alcançadas.

7.9.2- RETENÇÃO

O educando não será promovido nos seguintes casos:



- Não atingiu 6,0(seis) pontos na média final por componente curricular nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e suas respectivas modalidades;
- Não cumpriu a frequência mínima exigida de 75% da carga horária global anual, mesmo que tenha atingido média satisfatória.

7.9.3- CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

A Correção do Fluxo Escolar ocorre com a aceleração de estudos, conforme a Lei 9394/96 em seu Art 24, Inciso V, alínea "a", através de atenção pedagógica diferenciada e verificação do rendimento escolar. Dar-se-á por meio:

"Das Turmas de Progressão I, II, III e IV no Ensino Fundamental, atendidos com programação específica, definida com base em avaliação diagnóstica, para que se apropriem dos conteúdos curriculares e desenvolvam as habilidades e competências características de sua faixa etária, poderão ser promovidos em qualquer período do ano letivo, desde que superadas as dificuldades de aprendizagem, podendo ser submetidos a reclassificação.

Da Reclassificação nas Etapas e Modalidades da Educação Básica conforme o Parecer CEB/CEE/AL Nº 145/2013. Estudantes em distorção idade/escolaridade poderão ser promovidos antes da conclusão do ano letivo, nos termos que estabelece o Art. 24, inciso V, alínea b, da LDB – lei 9.394/96, com base na avaliação."

7.9.4 - RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM



A recuperação contínua será realizada por intervenções durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas sempre que o educador identificar que não ocorreu aprendizagem.

A Recuperação Paralela será realizada, conforme possibilidades da escola, ao longo do ano/período letivo em horário alternativo, não podendo ser desenvolvida dentro da carga horária do componente curricular, para atender aos educandos que não alcançaram as aprendizagens previstas. Deverá ser feito um replanejamento com o desenvolvimento do trabalho diferenciado e acompanhado pela equipe pedagógica da unidade escolar, cabendo a esta regulamentar essas situações em seu Regimento e Projeto Político Pedagógico.

O laboratório de aprendizagem constitui um dos espaços onde a recuperação paralela pode ser efetivada.

A recuperação bimestral deverá ser oportunizada aos educandos que, ao final do bimestre, não tenham atingido o mínimo de 6,0(seis) pontos, independente do número de componentes curriculares, ocorrendo da seguinte forma:

- Após o diagnóstico das dificuldades, deverão ser oportunizados estudos de recuperação da aprendizagem retomando os conceitos com novas estratégias sem deixar de seguir com o programa.
- O estudante deverá ser reavaliado por meio de uma prova de recuperação bimestral com nota graduada entre 0(zero) a 10,0(dez) pontos.

Após a realização da prova bimestral, deverá ser considerada a maior pontuação obtida pelo estudante entre a prova de recuperação e a nota bimestral, a qual deverá constar como Resultado Bimestral.

A recuperação final deverá ser oportunizada, para além dos dias letivos, aos educandos que não atingiram média anual/período igual ou superior a 6,0(seis), independente do número de componentes curriculares.



Após o término do ano letivo, deverá ser reservado no calendário escolar, um período de estudos que garanta a oferta mínima de 5% do total da carga horária anual do componente curricular correspondente à recuperação final; O cálculo da Média Final, obtida após a prova final ocorrerá conforme descrito anteriormente. O estudante que não alcançar média mínima anual/período de 3,0(três) pontos estará impossibilitado de obter a nota final mínima para aprovação, mesmo que alcance a pontuação máxima na prova final.

Ao estudante que deixar de comparecer a recuperação final e justificar sua ausência, dar-se-á uma segunda oportunidade, para isso deverá ser apresentado um requerimento a secretaria da unidade escolar, no prazo de três dias úteis, após a realização da referida recuperação. Ficará sob a responsabilidade da equipe técnico-pedagógica e do educador do componente curricular analisar as particularidades.

A Segunda chamada deverá ser oportunizada aos educandos concluintes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, também na modalidade EJA que, mesmo após a recuperação final, não obtiveram aprovação em até 35% da carga horária total da etapa.

- Cálculo para nota final após a 2ª chamada: $NF = (MF + PF \text{ 2ª chamada})$

7.9.5 – CONSELHO DE CLASSE

O conselho de classe deve ocorrer bimestralmente e constitui-se como um espaço de reflexão e análise do diagnóstico do processo de ensino e aprendizagem, no qual a equipe pedagógica da unidade escolar, juntamente com o representante da turma analisará os avanços e dificuldades para replanejar as ações pedagógicas num movimento de ação – reflexão – ação.

Cabe aos educadores fornecerem informações precisas sobre o desenvolvimento dos estudantes, relatar suas práticas pedagógicas e avaliativas desenvolvidas no processo ensino e aprendizagem.



Cabe aos representantes de turma fornecer informações claras sobre as relações educador/educando, educando/educando e o desempenho do processo de ensino e aprendizagem. A decisão final do conselho deverá ser registrada em Ata.

A partir dessa concepção de ensino aprendizagem, a escola vem se adequando as mudanças do processo devido as características da clientela. Diante desse processo de mudança situacional, procuramos analisar e intervir nos aspectos cognitivos, procedimentais e atitudinais, ações interligadas no processo de desenvolvimento das habilidades intelectuais em relação a construção do conhecimento e a formação de valores éticos morais para a atuação de plenos cidadãos.

Nesse contexto, a avaliação é considerada um importante instrumento de formação das atitudes pedagógicas do professor e de toda a equipe comprometida com o trabalho. A cada situação procura-se compreender a relação que se estabelece entre o que o professor faz, e o que, e como de fato o aluno aprende.

8. PROGRAMAS

8.1- PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Desde 2013 esse Programa passou a contar também com o apoio das entidades privadas para a oferta de vagas aos candidatos que buscam oportunidades em cursos técnicos.

A Escola Fernandina Malta oferta cursos profissionalizantes através do Pronatec, que é composto por cinco iniciativas, a saber: Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado, por meio do qual o governo federal repassa recursos aos governos estaduais para equipagem de laboratórios e construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais; Rede e-Tec Brasil, por meio da qual



são ofertados cursos técnicos e de qualificação profissional, na modalidade à distância; Acordo de Gratuidade com o Sistema S, por meio do qual o SENAI, SENAC, SENAT, SENAR, SESCOOP, passaram a aplicar os recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos gratuitos oferecidos para estudantes de baixa renda e trabalhadores e Bolsa-Formação, por meio da qual o governo federal oferta cursos técnicos e de qualificação profissional gratuitos, em instituições que atuam na educação profissional e tecnológica.

Na Lei 12.513/2011, institui que o Pronatec deverá atender, prioritariamente, os estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores, estes são nosso público alvo, além, dos beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

Ofertamos cursos pelo Pronatec desde >>>>>>>, de acordo com o convênio firmado entre o Governo Federal/MEC e SEE/AL, possibilitando o acesso ao conhecimento e qualificação profissional a centenas de jovens do nosso estado.

De acordo com os indicadores econômicos do estado de Alagoas vimos que o Setor de Serviços é o que destaca maior número de postos de trabalho, todavia, estes postos de trabalho só serão preenchidos mediante a o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a formação profissional, tal missão, vimos aprimorando em consonância com as políticas de formação profissional e o desenvolvimento socioeconômico local.

Promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência ,visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho. A ampliação da educação profissional deve ser pautada na escolha de cursos técnico adequados à demanda da comunidade local para garantir a capacidade do jovem de ser colocar e permanecer no mercado. O trabalho assume um sentido especial na vida das pessoas, principalmente na vida dos jovens. Segundo Max(1980) o valor do trabalho não reside apenas em garantir meios de sobrevivência às pessoas ;eles também cumpre o papel de formador



de identidade .Segundo Maciel(2006),a educação profissional técnica de nível médio é m caminho seguro para o jovem que disputa uma vaga no mercado de trabalho.

As Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovada em 2012, definem que os cursos de educação profissional técnica de nível médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários ao exercicios profissional e da cidadania com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio- históricos e culturais.

A formação profissional alicerçada nas demandas do setor produtivo conduzirá a empregabilidade. Não é possível conceber a oferta de um curso sem criar uma ponte com o mercado de trabalho. É preciso garantir uma educação básica de qualidade, de uma formação técnica compatível com os seus interesses e o ambiente de mercado em que está inserido, além de uma visão cidadã do seu papel como individuo.

Pensando na integração social e na permanência dos alunos no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas na vida profissional e na ampliação das competências desenvolvidas, a Escola Fernandina Malta resolveu implantar os curso técnicos de informática e enfermagem, pois o mercado em nossa cidade necessita de profissionais capacitados nessas áreas. Para o aluno ter acesso a esses cursos a escola adotou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego(PRONATEC)

A escola também tem como foco o empreendedorismo empregabilidade, abordando questões comportamentais, inovação , disposição para correr riscos e dicas para alunos que querem ter seu próprio negócio

8.2 –MEDIOTEC

MedioTec constitui-se numa ação de aprimoramento da oferta de cursos técnicos concomitantes para o aluno regularmente matriculado no ensino



médio regular nas redes públicas estaduais e distrital de educação, como uma proposta de fortalecimento de uma formação profissional com produção pedagógica específica para o público atendido e em parceria com os setores produtivos, econômicos e sociais.

MedioTec será executado em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e as Redes Públicas Estaduais e Distrital de Educação (RPEDE), além das instituições privadas de ensino técnico de nível médio e tem, dentre outros objetivos, garantir que o estudante do ensino médio, após concluir essa etapa de ensino, esteja apto a se inserir no mundo do trabalho e renda. Os cursos ofertados estarão dentro de um universo mapeado em razão das demandas do mundo do trabalho e renda, consideradas as prospecções de crescimento econômico e social das regiões do país, proporcionando maior sinergia entre esses cursos e as demandas.

Em Alagoas, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) oferece 27 cursos técnicos do programa para 2.500 estudantes de 15 a 19 anos matriculados na rede estadual concomitantemente ao ensino médio regular, garantindo ao estudante o direito de aprendizagem e aperfeiçoamento contínuos que contribuirão para sua inserção no mercado de trabalho. De acordo com a necessidade local, será ofertado o Curso Técnico e Informática em nossa instituição de ensino.

8.3- MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

Em 2017, o Programa foi implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer,



impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. O Programa tem por finalidade contribuir para a:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;

II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;

III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais;

IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola.

O Programa Novo Mais Educação na Escola Estadual Fernandina Malta tem carga horária complementar semanal de 15 horas, atendendo 189 alunos com Acompanhamento Pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e atividades em Judô, Atletismo e Iniciação Música/Banda/Canto Coral.



6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ana Lúcia. Conflito conteúdo/ forma em pedagogias inovadoras: a pedagogia de projetos na implantação da escola plural. [s. l.] FaE/UFMG, 2000. Mimeo.

BARBOSA, E. F., MOURA, D. G., NAGEM, R. L. Contribuição do método de projetos para a inclusão das tecnologias da informação na escola. Revista Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Tecnologia Educacional, v. 19, no. 156, jan/mar., p 40-54, 2002.

BARBOSA, E. F., ROCHA, M. F., MARTINS, R. C. A formação do profissional da educação: perspectivas e desafios na educação profissional. Revista Educação e Tecnologia, Belo Horizonte: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, v. 5, no. 2, p. 62-70, 2001.

BARBOSA, E. F., SANTOS, F. F., GONTIJO, A. F., MOREIRA, A. A., TEIXEIRA, T. L S. Efetividade do método de projetos na formação de competências no Curso Técnico de Eletrônica: Relatório Técnico de Pesquisa – RT-SElet-02/2002. [s. l.]: Colégio Técnico/ UFMG, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Programa de desenvolvimento profissional continuado. Brasília, DF: MEC, 1999.



BURNIER, Suzana. Pedagogia das competências: conteúdos e métodos. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 48-60, set./dez. 2001. [capturado em nov. 2002] Disponível em: <http://www.senac.br/boletim>

CAMPBELL, L.; CAMPBELL, B.; DICKINSON, D. Ensino e aprendizagem por meio das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCACAO (Brasil). Diretrizes curriculares nacionais para educação profissional. Brasília, 1999.

DEPRESBITERIS, Léa. Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos? Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 36-47, set./dez. 2001. Inclui bibliografia. [capturado em nov. 2002] Disponível em: <http://www.senac.br/boletim>

Documenta, Brasília, nº 459, p. 277-306, Dez. 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GUIMARÃES, Maria Eloisa, REGO, Maria Filomena, SILVA, Maria José Lopes da et. al. *Projeto: construindo um novo currículo – segundo momento.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação, 1993. Relatório.

HERNÁNDEZ, F. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998 a.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998 b.

http://fiema.interjornal.com.br/pe_apresentacao.shtml

http://fiema.interjornal.com.br/pe_desenvolvimento.shtml

http://fiema.interjornal.com.br/pe_estrategia.shtml

http://fiema.interjornal.com.br/pe_estrategia_des.shtml



http://fiema.interjornal.com.br/pe_trajetoria.shtml

http://fiema.interjornal.com.br/pe_vetores_projetos.shtml

http://paginas.terra.com.br/informatica/cohatracnet/hist_mara/hist_mara.html

<http://www.portaimpacto.com.br/docs/2008Ramiro1AnotF1Aula03.pdf>

<http://www.vendamais.com.br/VendaMais/php/verMateria.php?cod=41145>

LEITE, L. H. A. Pedagogia de projetos: intervenção no presente. *Presença Pedagógica*, v. 2, n. 8. mar./abr., 1996.

LUCKEZI, Cipriano G. Avaliação da aprendizagem escolar: SP. Cortez, 1995.

MATTOS, L. A. F.; GOMES, M. E. S. Competências: um panorama das idéias sobre formação de competências. [s. l.] Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais, 2000.

PASSOS, Ilma Veiga (org.) Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SENAC Nacional, 2000. 144p. (Programa de Desenvolvimento de Docentes)

SENAC. DN. *Educação Profissional técnica de nível médio: cenário e perspectivas.* Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CTP, 2007. 44p. (Documentos técnicos).

SENAC. DN. *Planejamento e avaliação: subsídios para a ação docente.* Rio

SENAC. DN. *Competências básicas.* Maria Helena Barreto Gonçalves (Org.)

SENAC. DN. *Formação e Trabalho.* Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1997.

SENAC. DN. *Referenciais para a educação profissional do Senac.* Rio de Janeiro: SENAC/DFP/DI. 2002.



WERNECK, Hamilton. O profissional do século XXI. 2. ed. Rio de Janeiro:Record, 2005.

ZABALZA, M. (1995).*Diseño y desarrollo curricular*(6ª ed.). Madrid:

ANEXOS

